

# DIÁRIO DA ASSEMBLÉIA

Nº 157

CURITIBA, SEGUNDA-FEIRA, EM 13 DE NOVEMBRO DE 2000

ANO XXVI

## *Mesa Diretora*

**NELSON JUSTUS**

Presidente - PTB

**CAÍTO QUINTANA**

1º Vice-Presidente - PMDB

**JOSÉ MARIA FERREIRA**

2º Vice-Presidente - PSDB

**NELSON GARCIA**

3º Vice-Presidente - PFL

**HERMAS BRANDÃO**

1º Secretário - PTB

**AUGUSTINHO ZUCCHI**

2º Secretário - PPB

**RENATO GAUCHO**

3º Secretário - PSDB

**ÂNGELO VANHONI**

4º Secretário - PT

**LUIZ CARLOS ZUK**

5º Secretário - PDT

**ABIB MIGUEL**

Diretor Geral

## *Lideranças*

<i>Líder do Governo</i> .....	<i>Valdir Rossoni</i>
<i>Líder Oposição</i> .....	<i>Orlando Pessuti</i>
<i>PTB</i> .....	<i>Ademar Traiano</i>
<i>PFL</i> .....	<i>Plauto Miró Guimarães</i>
<i>PMDB</i> .....	<i>Nereu Moura</i>
<i>PPB</i> .....	<i>Tony Garcia</i>
<i>PT</i> .....	<i>Hermes Fonseca</i>
<i>PDT</i> .....	<i>Edgar Bueno</i>
<i>PSDB</i> .....	<i>Sérgio Spada</i>
<i>PL</i> .....	<i>Pastor Edson Praczyk</i>
<i>PSL</i> .....	<i>Edno Guimarães</i>
<i>PST</i> .....	<i>Divanir Braz Palma</i>

## *Representação Partidária*

*PTB - 12: Ademar Luiz Traiano - Algaci Tulio - Beto Richa - Carlos Simões - Cezar Silvestri - Hermas Brandão - Luiz Accorsi - Luiz Carlos Alborghetti - Nelson Justus - Ricardo Chab - Valdir Rossoni - Tiago Amorim Novaes; PFL - 08: Basílio Zanusso - Chico Noroeste - Cleiton Kielse - Durval Amaral - Elio Lino Rusch - Marcos Isfer - Nelson Garcia - Plauto Miró Guimarães; PMDB - 07: Ademir Bier - Antonio Annibelli - Caíto Quintana - Edson Strapasson - Nereu Moura - Orlando Pessuti - Waldyr Pugliesi; PSDB - 06: Antonio Baratter - Augustinho Zucchi - Beraldin - José Maria Ferreira - Luiz Fernandes da Silva Litro - Renato Gaucho (licenciado) - Sérgio Spada; PPB - 04: Cesar Seleme - Duílio Genari - Fernando Ribas Carli - Tony Garcia; PT - 04: Ângelo Vanhoni (licenciado) - Hermes Fonseca - Irineu Colombo - Péricles de H. Mello; PDT - 03: Edgar Bueno - Luiz Carlos Zuk - Moysés Leônidas; PSL - 03: Geraldo Cartário - Edno Guimarães - Luiz Carlos Martins; PST - 02: Divanir Braz Palma - Hidekazu Takayama; PL - 02: Pastor Edson Praczyk - Serafina Carrilho; PSB - 01: Ricardo Maia; PSC - 01: Miltoninho Pupio; SEM PARTIDO - 01: Antonio Carlos Belinati.*

## Atos da Presidência:

### RESOLUÇÃO Nº 008/2000

Data: 17 de outubro de 2000

Súmula:

Institui na Assembléia Legislativa do Estado, o evento "Parlamentar do Futuro".

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná aprovou e eu promulgo, nos termos do artigo 73 da Constituição Estadual combinado com o artigo 123 do Regimento Interno, a seguinte resolução:

Art. 1º - Fica instituído, na Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, o evento Parlamentar do Futuro, destinado a proporcionar aos alunos de 1º e 2º graus das escolas das redes pública e privada do Estado, o conhecimento das atividades parlamentares.

§ 1º - Poderão participar do evento alunos da 7ª série do 1º grau ao 3º ano do 2º grau.

§ 2º - Caberá às escolas a indicação e controle da participação dos respectivos alunos.

Art. 2º - Ficará a cargo da Assembléia Legislativa do Estado as despesas com o transporte dos alunos e responsáveis, no caso de participação de escolas do interior do Estado.

Art. 3º - O evento Parlamentar do Futuro se constituirá de aulas expositivas sobre temas relativos às atividades do deputado estadual e de uma sessão plenária simulada, realizada pelos alunos, destinadas à apresentação, discussão e votação das proposições.

Art. 4º - O resultado dos trabalhos da Sessão Plenária do Parlamentar do Futuro poderá ser enviado à Comissão Executiva, a título de sugestão.

Parágrafo Único - Caberá à Mesa deliberar sobre a procedência do assunto enviado.

Art. 5º - As despesas decorrentes da execução técnica e material do evento correrão à conta de dotação própria da Assembléia Legislativa do Estado.

Art. 6º - O evento Parlamentar do Futuro será lançado em 12 de março de 2001, em comemoração aos 54 anos da Primeira Sessão Preparatória da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná no atual Regime Democrático.

Art. 7º - Ficarão encarregados da coordenação do evento a Diretoria Legislativa e a Chefia de Gabinete da Presidência.

Art. 8º - A Comissão Executiva baixará regras de funcionamento da Sessão Plenária do Parlamentar do

Futuro e, também, o Código de Ética do Parlamentar do Futuro.

Art. 9º - Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Palácio "XIX DE DEZEMBRO", em 17.10.2000.

(a) NELSON JUSTUS

Presidente

## CÓDIGO DE ÉTICA DO PARLAMENTAR DO FUTURO

### TÍTULO I DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1º - Fica instituído o Código de Ética do Parlamentar do Futuro.

Art. 2º - A atividade parlamentar será norteada pelos seguintes princípios:

I - legalidade;

II - democracia;

III - supremacia do Plenário;

IV - função social da atividade parlamentar;

V - boa-fé e companheirismo.

Art. 3º - No exercício do mandato, o Parlamentar do Futuro atenderá às normas constitucionais, legais, regimentais e as estabelecidas neste código.

### TÍTULO II DOS PRECEITOS ÉTICOS REFERENTES AO PARLAMENTAR DO FUTURO

#### Capítulo I

##### Dos Direitos dos Parlamentares do Futuro

Art. 4º - São direitos dos Parlamentares do Futuro:

I - exercer, com liberdade, o seu mandato;

II - fazer respeitar as prerrogativas do Poder Legislativo;

III - ter a palavra na tribuna, na forma regimental.

#### Capítulo II

##### Dos Deveres dos Parlamentares do Futuro

Art. 5º - São deveres dos Parlamentares do Futuro:

I - promover a defesa dos interesses populares e estaduais;

II - exercer o mandato com dignidade e respeito;

III - manter o decoro parlamentar e preservar a imagem da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná;

IV - não fraudar as votações em Plenário;

V - exercer a atividade parlamentar com zelo;

VI - defender os direitos e a reputação de todos os Parlamentares do Futuro;

VII - tratar com respeito as autoridades e funcionários;

VIII - atender às obrigações político-partidárias;

IX - manter a ordem das sessões plenárias;

X - ter boa conduta nas dependências do Poder Legislativo.

### **TÍTULO III** **DAS SANÇÕES ÉTICAS**

#### **Capítulo I** **Preceitos Gerais**

Art. 6º - O Parlamentar do Futuro que incidir em conduta incompatível com o decoro parlamentar ou ofensiva à imagem da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná estará sujeito às seguintes sanções:

I - censura;

II - perda do mandato.

#### **Capítulo II** **Da Censura**

Art. 7º - A censura, será verbal, feita pelo presidente da Sessão Plenária.

#### **Capítulo III** **Da Perda do Mandato**

Art. 8º - A reincidência em conduta já censurada verbalmente pelo presidente da Sessão Plenária, implicará perda de mandato por desrespeito à atividade parlamentar.

### **TÍTULO IV** **DISPOSIÇÕES GERAIS**

Art. 9º - Este Código de Ética regerá as atividades dos Parlamentares do Futuro na Sessão Plenária.

Art. 10 - A Sessão Plenária do Parlamentar do Futuro acontecerá nas dependências do Poder Legislativo, através de convite formulado pela Coordenação do Evento, que definirá dia, local e números de participantes.

§ 1º - Por deliberação da Comissão Executiva a reunião poderá se realizar em outro município do Estado.

§ 2º - Durante as Sessões Plenárias não será permitido o uso de bermudas, mini-blusas, ou outras vestimentas não adequadas às atividades desenvolvidas na Casa.

Art. 11 - As Sessões Plenárias do Parlamentar do Futuro serão realizadas, periodicamente, de acordo com a agenda programada pela Presidência da Assembléia Legislativa do Estado.

Art. 12 - A direção dos trabalhos caberá, em ordem sucessiva:

I - ao presidente da Assembléia Legislativa;

II - aos Membros da Mesa Diretora;

III - aos Líderes dos Partidos;

IV - ao Deputado mais idoso.

Art. 13 - A Sessão Plenária do Parlamentar do Futuro seguirá a seguinte formatação:

I - apresentação e discussão das propriedades;

II - votação da matéria em Ordem do Dia.

Art. 14 - Durante a Ordem do Dia somente poderão ser formuladas questões de ordem pertinentes à matéria em debate e votação.

Art. 15 - Anunciadas as matérias da Ordem do Dia, será dada a palavra aos oradores para discuti-la.

Art. 16 - A discussão será geral, abrangendo o conjunto da proposição e suas emendas, exceto se o Plenário decidir debatê-las por partes.

Art. 17 - Para discutir a proposição terá preferência o seu autor, seguido dos demais, por ordem de inscrição junto à Coordenação dos Trabalhos.

Art. 18 - O Parlamentar do Futuro, na discussão de uma proposição, só poderá falar uma vez e pelo prazo de cinco minutos.

Art. 19 - O presidente da Sessão Plenária poderá interromper o orador quando:

I - o orador se desviar da questão do debate;

II - o orador usar linguagem incompatível com o decoro parlamentar;

III - o orador ultrapassar o prazo estabelecido no artigo anterior.

Art. 20 - Será permitido o aparte para indagação, contestação ou esclarecimento relativos à matéria em debate.

Parágrafo Único - O aparte só será permitido mediante licença do orador, sendo computado no seu tempo.

Art. 21 - As proposições na Ordem do Dia admitirão emendas apresentadas durante a sua discussão e distribuídas a todos os Parlamentares do Futuro antes da votação.

Art. 22 - Encerrada a discussão, proceder-se-á a votação.

Art. 23 - A votação será simbólica.

Parágrafo Único - Na votação simbólica, o presidente da Sessão, ao anunciá-la, convidará a per-

manecerem sentados os Parlamentares do Futuro que forem a favor da proposição.

Art. 24 - Existindo emendas, iniciar-se-á o processo de votação pelas mesmas.

Art. 25 - Terminada a apuração, o presidente da Sessão proclamará o resultado, não cabendo a modificação do voto.

Art. 26 - Será considerada aprovada a proposição que obtiver a maioria simples.

Art. 27 - As proposições aprovadas serão encaminhadas à Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado que deliberará sobre o destino do assunto.

## RESOLUÇÃO Nº 009/2000

Data: 31 de outubro de 2000.

Súmula:

Institui deveres fundamentais, a ética e decoro parlamentar e a Corregedoria Parlamentar no Poder Legislativo do Estado do Paraná.

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná aprovou e eu promulgo, nos termos do artigo 73 da Constituição Estadual combinado com o artigo 123 do Regimento Interno, a seguinte resolução:

### Capítulo I

#### Dos Deveres Fundamentais do Deputado

Art. 1º - No exercício do mandato, o deputado atenderá às prescrições constitucionais e regimentais e as contidas neste Código, sujeitando-se aos procedimentos disciplinares nele previstos.

Art. 2º - São deveres fundamentais do deputado:

I - promover a defesa dos interesses populares e estadual;

II - zelar pelo aprimoramento da ordem constitucional e legal do Estado, particularmente das instituições democráticas, representativas e pelas prerrogativas do Poder Legislativo;

III - exercer o mandato com dignidade e respeito à coisa pública e à vontade popular;

IV - apresentar-se durante as sessões legislativas ordinárias e extraordinárias e participar das sessões de plenário e das reuniões de comissão de que seja membro.

### Capítulo II

#### Das Vedações Constitucionais

Art. 3º - É expressamente vedado ao deputado:

I - desde a expedição do diploma:

a) firmar ou manter contrato com pessoa jurídica de direito público, autarquia, empresa pública, sociedade de economia mista ou empresa concessionária de serviço público, salvo quando o contrato obedecer a cláusulas uniformes (C.E. Art. 58, inc. I, alínea "a");

b) aceitar ou exercer cargo, função ou emprego remunerado, inclusive os de que sejam demissível *ad nutum*, nas entidades constantes na alínea anterior (C.E., Art. 58, inc. I, alínea "b").

II - desde a posse:

a) ser proprietário, controlador ou diretor de empresa que goze de favor decorrente de contrato com pessoa jurídica de direito público, ou nela exercer função remunerada (C.E. Art. 58, inc. I, alínea "a");

b) ocupar cargo ou função de que seja demissível *ad nutum*, nas entidades referidas no inciso I, alínea "a";

c) patrocinar causa em que seja interessada qualquer das entidades a que se refere o inciso I, alínea "a";

d) ser titular de mais de um cargo ou mandato eletivo (Constituição Estadual, art. 58, II, alínea "d").

### Capítulo III

#### Dos Atos Contrários à Ética e ao Decoro Parlamentar

Art. 4º - É, ainda, vedado ao deputado:

I - praticar abuso do poder econômico no processo eleitoral.

§ 1º - É permitido ao deputado, bem como seu cônjuge ou companheira, movimentar contas e manter cheques especiais ou garantidos, de valores correntes e contrato de cláusulas uniformes, nas instituições financeiras.

Art. 5º - Consideram-se incompatíveis com a ética e o decoro parlamentar:

I - o abuso das prerrogativas constitucionais asseguradas aos membros da Assembléia Legislativa (Constituição Estadual, art. 59, § 1º);

II - a percepção de vantagens indevidas, tais como doações, benefícios ou cortesias de empresas, grupos econômicos ou autoridades públicas, ressalvados brindes sem valor econômico;

III - a prática de irregularidades graves no desempenho do mandato ou de encargos decorrentes.

IV - a criação ou autorização de encargos em termos que, pelo seu valor ou pelas características da empresa ou entidade beneficiada ou contratada, possam resultar em aplicação indevida de recursos públicos.

### Capítulo IV

#### Das Declarações Públicas Obrigatórias

Art. 6º - O deputado apresentará ao Conselho de Ética e Decoros Parlamentar ao assumir o mandato, para efeito de posse, e noventa dias antes das eleições, no

último ano de cada legislatura: Declaração de Bens e Fontes de Renda e Passivos, incluindo todos os passivos de sua própria responsabilidade, de seu cônjuge ou companheira ou de pessoas jurídicas por eles direta ou indiretamente controladas, de valor igual ou superior à sua remuneração mensal como deputado.

### **Capítulo V**

#### **Das Medidas Disciplinares**

Art. 7º - As medidas disciplinares são:

- a) advertência;
- b) censura;
- c) perda temporária do exercício do mandato;
- d) perda do mandato.

Art. 8º - A advertência é medida disciplinar de competência do presidente: da Assembleia, do Conselho Ético e Decoro Parlamentar ou de comissão.

Art. 9º - A censura verbal será aplicada pelo presidente da Assembleia, do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar ou de comissão, no âmbito desta, quando não couber penalidade mais grave, ao deputado que:

III - perturbar a ordem das sessões ou das reuniões.

§ 2º - a censura escrita será imposta pelo Conselho de Ética e Decoro Parlamentar e homologada pela Mesa, se outra cominação mais grave couber ao deputado que:

I - usar, em discurso ou proposição, de expressões atentatórias ao decoro parlamentar;

II - praticar ofensas físicas ou morais a qualquer pessoa, no edifício da Assembleia Legislativa, ou desacatar, por atos ou palavras, outro parlamentar, a Mesa ou comissão, ou os respectivos presidentes.

Art. 10 - Considera-se incurso na sanção de perda temporária do exercício do mandato, quando não for aplicável penalidade mais grave, o deputado que:

I - reincidir nas hipóteses do artigo antecedente;

II - praticar transgressão grave ou retirada aos preceitos do Regimento Interno ou deste Código, especialmente quanto à observância do disposto no artigo 6º;

III - revelar conteúdo de debates ou deliberações que a Assembleia Legislativa ou comissão haja resolvido devam ficar secretos;

IV - revelar informações e documentos oficiais de caráter reservado, de que tenha tido conhecimento na forma regimental;

V - faltar, sem motivo justificado, à terça parte das sessões, dentro da sessão legislativa ordinária ou extraordinária.

Art. 11 - Serão punidas com a perda de mandato:

I - a infração de qualquer das proibições constitucionais referidas no artigo 3º desta Resolução e artigo 58 da Constituição Estadual;

II - a infração do disposto nos incisos III, IV, V e VI do artigo 59 da Constituição Estadual.

### **Capítulo VI**

#### **Do Processo Disciplinar**

Art. 12 - A sanção de que trata o artigo 10 será decidida pelo Plenário, em escrutínio secreto por maioria absoluta da Assembleia, mediante provocação da Mesa, do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar ou de Partido Político representado na Assembleia Legislativa, na forma prevista nos artigos 14 e 15, excetuada a hipótese do parágrafo único deste artigo.

Parágrafo Único - Quando se tratar de infração ao inciso V do artigo 10, a sanção será aplicada, de ofício, pela Mesa, resguardado, em qualquer caso, o princípio da ampla defesa.

Art. 13 - A perda do mandato será decidida pelo Plenário, em escrutínio secreto e por maioria absoluta de votos, mediante iniciativa da Mesa, do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar ou de Partido Político representado na Assembleia Legislativa, na forma prevista nos artigos 14 e 15 desta Resolução e artigo 59, § 2º da Constituição Estadual.

Parágrafo Único - Quando se tratar de infração aos incisos III, IV e V do art. 59, § 3º da Constituição Estadual, a sanção será aplicada de ofício, pela Mesa, resguardado, em qualquer caso o princípio da ampla defesa.

Art. 14 - Oferecida representação contra deputado por fato sujeito à pena de perda do mandato ou à pena de perda temporária do exercício do mandato, aplicáveis pelo Plenário da Assembleia, será ela inicialmente encaminhada, pela Mesa, ao Conselho de Ética ou Decoro Parlamentar ressalvadas as hipóteses do artigo 17, quando o processo tem origem no Conselho.

Art. 15 - Recebida a representação, o Conselho observará os seguintes procedimentos:

I - o presidente do Conselho, sempre que considerar necessário, designará três membros titulares do mesmo para compor comissão de Inquérito, destinada a promover as devidas apurações dos fatos e das responsabilidades;

II - constituída ou não, a comissão referida no inciso anterior, será oferecida cópia da representação ao deputado, que terá o prazo de 5 (cinco) sessões ordinárias para apresentar defesa escrita e provas;

III - esgotado o prazo sem apresentação de defesa, o presidente do Conselho nomeará defensor dativo para oferecê-la, reabrindo-lhe igual prazo;

IV - apresentada a defesa, o Conselho ou, quando for o caso, a Comissão de Inquérito, procederá as diligências e a instrução probatória que entender necessárias,

findas as quais proferirá parecer no prazo de 5 (cinco) sessões ordinárias da Assembléia Legislativa, salvo na hipótese do art. 19, concluindo pela procedência da representação ou pelo arquivamento da mesma, oferecendo-se, na primeira hipótese, o Projeto de Resolução apropriado para a declaração da perda do mandato ou da suspensão temporária do exercício do mandato;

V - em caso de pena de perda do mandato, o parecer do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar será encaminhado à Comissão de Constituição e Justiça para exame dos aspectos constitucional legal e jurídico, o que deverá ser feito no prazo de 5 (cinco) sessões ordinárias;

VI - concluída a tramitação no Conselho de Ética e Decoro Parlamentar e na Comissão de Constituição e Justiça, será o processo encaminhado à Mesa da Assembléia Legislativa e, uma vez lido no Expediente, será publicado no Diário da Assembléia Legislativa e distribuído em avulsos para inclusão em Ordem do Dia.

Art. 16 - É facultado ao deputado, em qualquer caso, constituir advogado para sua defesa, a este assegurado atuar em todas as fases do processo.

Art. 17 - Perante o Conselho de Ética e Decoro Parlamentar, poderão ser diretamente oferecidas, por qualquer parlamentar, cidadão ou pessoa jurídica, denúncias relativas ao descumprimento, por deputado, de preceitos contidos no Regimento Interno e neste Código.

§ 1º - Não serão recebidas denúncias anônimas.

§ 2º - Recebida a denúncia, o Conselho promoverá apuração preliminar e sumária dos fatos, ouvido o denunciado e providenciar as diligências que entender necessárias, dentro do prazo de 30 (trinta) dias.

§ 3º - Considerada procedente denúncia por fato sujeito a medidas previstas nos artigos 8º e 9º, o Conselho promoverá sua aplicação, nos termos ali estabelecidos. Verificando tratar-se de infrações incluídas entre as hipóteses dos artigos 10 e 11, procederá na forma do art. 15.

§ 4º - Poderá o Conselho, independente de denúncia ou representação, promover a apuração, nos termos deste artigo, de ato ou omissão atribuída ao deputado.

Art. 18 - Quando um deputado for acusado por outro, no curso de uma discussão ou noutra circunstância, de ato que ofenda a sua honorabilidade, pode pedir ao presidente da Assembléia, do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar ou de comissão, que apure a veracidade da arguição e o cabimento de sanção ao ofensor, no caso de improcedência da acusação.

Art. 19 - As apurações de fatos e responsabilidade previstos neste Código poderão, quando a sua natureza assim o exigir, ser solicitadas ao Ministério Público ou às autoridades policiais, por intermédio da Mesa da Assembléia, caso em que serão feitas as necessárias adaptações nos procedimentos e nos prazos estabelecidos neste Capítulo.

Art. 20 - O processo disciplinar regulamentado neste Código não será interrompido pela renúncia do deputado ao seu mandato, nem serão pela mesma elididas as sanções eventualmente aplicáveis os seus efeitos.

Art. 21 - Quando, em razão das matérias reguladas neste Código, forem injustamente atingidas a honra ou a imagem da Casa, de seus órgãos ou de qualquer dos seus membros, poderá o Conselho de Ética e Decoro Parlamentar solicitar intervenção à Mesa.

## Capítulo VII

### Do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar

Art. 22 - Compete ao Conselho de Ética e Decoro Parlamentar zelar pela observância dos preceitos deste Código e do Regimento Interno, atuando no sentido de preservação da dignidade do mandato parlamentar no Poder Legislativo.

Art. 23 - O Conselho de Ética e Decoro Parlamentar será constituído por cinco membros titulares e igual número de suplentes, eleitos para mandato de dois anos, observado, quanto possível, o princípio da proporcionalidade partidária ou Blocos Parlamentares.

§ 1º - Os Líderes Partidários submeterão à Mesa os nomes dos deputados que pretenderem indicar para integrar o Conselho, na medida das vagas que couberem ao respectivo Partido ou Bloco Parlamentar.

§ 2º - As indicações referidas no parágrafo anterior serão acompanhadas pelas declarações atualizadas, de cada deputado indicado, onde constarão as informações referentes aos seus bens, fontes de renda, atividades econômicas e profissionais, nos termos do artigo 6º.

§ 3º - Acompanharão, ainda, cada indicação, uma declaração assinada pelo presidente da Mesa, certificando a inexistência de quaisquer registros, nos arquivos e Anais da Assembléia Legislativa, referentes à prática de quaisquer atos ou irregularidades capitulados nos artigos 8º e 11, independentemente da legislatura ou sessão legislativa em que tenham ocorrido.

§ 4º - Caberá à Mesa providenciar, durante os meses de fevereiro a março da primeira e da terceira sessões legislativas de cada legislatura, a eleição dos membros do Conselho.

Art. 24 - Enquanto não aprovar regulamento específico, o Conselho de Ética e Decoro Parlamentar observará, quanto à organização interna e a ordem de seus trabalhos, as disposições regimentais relativas ao funcionamento das Comissões, inclusive no que diz respeito de seu presidente e designação de relatores.

§ 1º - Os membros do Conselho deverão, sob pena de imediato desligamento e substituição, observar a disciplina e o sigilo inerentes à natureza de sua função.

§ 2º - Será automaticamente desligado do Conselho o membro que não comparecer, sem justificativa, a 3 (três) reuniões, consecutivas ou não, bem assim o que faltar, ainda que justificadamente, a mais de 6 (seis) reuniões, durante a sessão legislativa.

Art. 25 - O corregedor da Assembléia Legislativa participará das deliberações do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar, com direito a voz e voto, competindo-lhe promover as diligências de sua alçada, necessárias aos esclarecimentos dos fatos investigados.

### **Capítulo VIII**

Dispõe sobre a Corregedoria Parlamentar

Art. 26 - Fica criada a Corregedoria da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, constituída de 1 (um) corregedor e 2 (dois) corregedores substitutos, os quais serão eleitos na forma pela qual o são os demais membros da Comissão Executiva.

Art. 27 - Compete ao corregedor ou corregedor substituto:

I - promover a manutenção do decoro, da ordem e da disciplina no âmbito da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná;

II - dar cumprimento às determinações da Mesa referentes à segurança interna e externa da Casa;

III - supervisionar a proibição de porte de arma, com poderes para revistar e desarmar;

IV - fazer sindicância sobre denúncia de ilícitos no âmbito da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, envolvendo deputados.

Art. 28 - O corregedor poderá, observado os preceitos regimentais e as orientações da Mesa, baixar providimentos no sentido de prevenir perturbações da ordem e da disciplina no âmbito da Casa.

Art. 29 - Compete aos corregedores substitutos substituírem o corregedor em seus eventuais impedimentos, de acordo com a ordem de precedência dos respectivos cargos na Mesa.

Art. 30 - Em caso de delito cometido por deputado no Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury, caberá ao corregedor, ou corregedor substituto por ele designado, presidir o inquérito instaurado para apuração dos fatos.

§ 1º - Serão observados, no inquérito, o Código de Processo Penal e os regulamentos policiais do Estado do Paraná, no que couber.

§ 2º - O presidente do inquérito poderá solicitar a cooperação técnica de órgãos policiais especializados ou requisitar servidores de seus quadros para auxiliar sua realização.

§ 3º - Servirá de escrivão, funcionário estável da Assembléia Legislativa, designado pelo presidente do inquérito.

§ 4º - O inquérito será enviado, após a sua conclusão, à autoridade competente.

§ 5º - Em caso de flagrante de crime inafiançável, realizar-se-á a prisão do agente, que será entregue, com o auto respectivo, ao presidente da Assembléia Legislativa, atendendo-se, nesta hipótese, ao previsto no artigo 57, § 3º, da Constituição Estadual.

Art. 31 - Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Palácio "XIX DE DEZEMBRO", em 31.10.2000.

(a) NELSON JUSTUS

Presidente

## **2ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 14ª LEGISLATURA ATA DA 117ª SESSÃO ORDINÁRIA REALIZADA EM 13 DE NOVEMBRO DE 2000**

*(segunda-feira)*

Presidência do senhor deputado Nelson Justus, secretariada pelos senhores deputados Luiz Carlos Zuk e Antonio Belinati.

À hora regimental é registrada a presença dos seguintes senhores deputados: Nelson Justus, Caíto Quintana, José Maria Ferreira, Nelson Garcia, Hermas Brandão, Augustinho Zucchi, Ângelo Vanhoni, Luiz Carlos Zuk, Ademar Traiano, Ademir Bier, Algaci Tulio, Antonio Baratter, Antonio Carlos Belinati, Antonio Annibelli, Basílio Zanusso, Beraldin, Beto Richa, Carlos Simões, Cesar Seleme, Cezar Silvestri, Chico Noroeste, Cleiton Kielse, Divanir Braz Palma, Duílio Genari, Durval Amaral, Edgar Bueno, Edno Guimarães, Edson Strapasson, Elio Rusch, Fernando Ribas Carli, Geraldo Cartário, Hermes Fonseca, Hidekazu Takayama, Irineu Colombo, Luiz Accorsi, Luiz Carlos Alborghetti, Luiz Carlos Martins, Luiz Fernandes da Silva Litro, Marcos Isfer, Miltinho Pupio, Moysés Leônidas, Nereu Moura, Orlando Pessuti, Pastor Edson Praczyk, Péricles Mello, Plauto Miró Guimarães, Ricardo Chab, Ricardo Maia, Serafina Carrilho, Sérgio Spada, Tiago Amorim Novaes, Tony Garcia, Valdir Rossoni e Waldyr Pugliesi (54).

Verificada a existência de número legal, o senhor presidente declara aberta a

**SESSÃO.**

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Sob a proteção de Deus iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO

Procede à leitura da Ata da sessão anterior, a qual é aprovada sem observações.

O SR. 1º SECRETÁRIO

Procede à leitura do seguinte

### **EXPEDIENTE:**

### **Requerimentos:**

#### **REQUERIMENTO Nº 2137**

Senhor Presidente.

O deputado que o presente subscreve no uso de suas atribuições regimentais, e após ouvido o Plenário, respeitosamente, REQUER, regime de urgência para o Projeto de Decreto Legislativo nº 014/00, de autoria do deputado Nereu Moura, que susta os atos e efeitos constantes do item 5.3. da Ata de Reunião Ordinária 2ª/2000 do Conselho de Administração da Companhia de Saneamento do Paraná - Sanepar, realizada no dia 26 de setembro de 2000, nos termos do disposto no Artigo 54, Incisos XXVI e XXVII, da Constituição do Estado do Paraná.

Nestes termos pede deferimento, conforme dispõe os Artigos 132 e 133, do Regimento Interno desta Casa de Leis.

Sala das Sessões, em 13.09.2000.

(a) NEREU MOURA

#### **REQUERIMENTO Nº 2138**

Senhor presidente

O deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja retirado da Ordem do Dia, por 10 sessões, o Projeto de Lei nº 154/99, de autoria do deputado Algaci Tulio.

Sala das Sessões, em 13.11.2000.

(a) ALGACI TULIO

#### **REQUERIMENTO Nº 2148**

Senhor Presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições legais e na forma regimental, REQUER, após ouvido o douto Plenário, retirada por 10 sessões do Projeto de Lei nº 167/00, item 11, em 1ª Discussão, de autoria do nobre e ilustre deputado Antonio Carlos Baratter, constante da ordem do dia da presente sessão ordinária.

Sala das Sessões, em 13.11.2000.

(a) VALDIR ROSSONI

#### **REQUERIMENTO Nº 2146**

Senhor Presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, e atendendo sugestão do setor de revisão legislativa, da diretoria legislativa, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o arquivamento do Projeto de Lei nº 085/00, de autoria do deputado Ademar Luiz Traiano, por tratar-se de matéria similar ao Projeto de Lei nº 270/99, também de iniciativa do deputado Ademar Luiz Traiano, que foi sancionado pelo senhor governador.

Sala das Sessões, em 13.11.2000.

(a) NELSON JUSTUS

#### **REQUERIMENTO Nº 2147**

Senhor Presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, com base no disposto no art. 121 do Regimento Interno e atendendo sugestão do setor de revisão legislativa da diretoria legislativa, REQUER, após ouvido o douto Plenário, a anexação dos Projetos de lei nºs 574/99 e 362/00, tendo em vista tratem de matéria similar.

Sala das Sessões, em 13.11.2000.

(a) NELSON JUSTUS

#### **REQUERIMENTO Nº 2159**

Senhor Presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais e legais, respeitosamente REQUER:

1 - O desarquivamento do Projeto de Lei nº 418/95, que denomina "Rodovia do Calcário", a rodovia PR-517, que liga os municípios de Colombo e Almirante Tamandaré.

Sala das Sessões, em 13.11.2000.

(a) BERALDIN

#### **REQUERIMENTO Nº 2160**

Senhor Presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais e legais, respeitosamente REQUER:

1 - O desarquivamento do Projeto de Lei nº 252/95 que "dispõe sobre a construção de Usinas Hidrelétricas no Estado do Paraná".

Sala das Sessões, em 13.11.2000.

(a) BERALDIN

#### **REQUERIMENTO Nº 2169**

Senhor Presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, na qualidade de presidente da Comissão de Orçamento, REQUER, após ouvido o douto Plenário, prorrogação, até o dia 24 de novembro do corrente ano, do prazo para entrega das emendas ao Projeto de Lei nº 314/2000, que dispõe sobre o Orçamento Geral do Estado, para o exercício de 2001.



Sala das Sessões, em 13.11.2000.

(a) CEZAR SILVESTRI

#### REQUERIMENTO Nº 2158

Senhor Presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que sejam registrados nos Anais da Sessão de hoje, voto de pesar pelo falecimento do senhor Mauro Goulart, ocorrido na data de ontem.

Requer ainda que do presente se dê ciência aos familiares, através de correspondência a ser encaminhada a Rua Togmar Cunha, casa 02, CEP 81050-580, Curitiba - Paraná.

Sala das Sessões, em 13.11.2000.

(a) ORLANDO PESSUTI

#### REQUERIMENTO Nº 2157

Senhor Presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o Plenário, respeitosamente, REQUER, envio de voto de pesar, pelo falecimento do senhor Mauro Goulart, ocorrido na data de ontem.

Requer ainda que do presente se dê ciência aos familiares, através de correspondência a ser encaminhada a Rua Togmar Cunha, casa 02, CEP 81050-580, Curitiba - Paraná, nestes termos pede deferimento, conforme dispõe os Artigos 132 e 133 do Regimento Interno desta Casa de Leis.

Sala das Sessões, em 13.11.2000.

(a) CAÍTO QUINTANA

#### REQUERIMENTO Nº 2165

Senhor Presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, a consignação, na Ata dos trabalhos da sessão de hoje, de voto de profundo pesar, pelo falecimento do senhor Edinaldo Aparecido de Almeida, ocorrido em 02.11.2000 em Santa Isabel do Ivaí.

Requer, outrossim, que da decisão da Casa, seja dada ciência à família enlutada.

Sala das Sessões, em 13.11.2000.

(a) ANTONIO ANNIBELLI

#### JUSTIFICATIVA:

Com 39 anos de idade faleceu em Santa Isabel do Ivaí o suplente de vereador, senhor Edinaldo Aparecido de Almeida, que deixou viúva dona Terezinha Lopes de Almeida, e 03 filhos.

O passamento do senhor Edinaldo veio abrir enorme lacuna no seio da família, bem como de seu vasto círculo de amigos dentre eles este deputado.

O destino privou seus familiares do seu convívio entretanto, no céu as mãos têm muito mais espaço para cobrirem de bênçãos a cada um de seus filhos; sua alma

engrandecerá o senhor que olhará para a condição humana de Seu servo Edinaldo.

O tempo e a distância jamais poderão apagar do nosso coração a lembrança daquele que soube conquistar a nossa amizade.

Será grande o céu e a paz sobre Edinaldo Aparecido de Almeida, e o seu descanso não terá fim desde agora e para todo o sempre.

Deus nos ensinou a falar como alguém que aprende Dele, para que saibamos dar uma palavra de conforto à pessoa abatida. Senhor, abençoei a família do senhor Edinaldo para que continue num ambiente de paz e harmonia construindo uma sociedade mais humana, mais justa e mais santa sempre no caminho do amor e da justiça. É reta a palavra do senhor e tudo o que Ele faz merece fé. Deus ama o direito e a justiça transborda em toda a terra a sua graça. Guardará Seu servo Edinaldo sob a sua constante proteção para que renovado pelos sacramentos pascais chegue à luz da ressurreição alargando os horizontes de nossos corações, fazendo com que nossas preces se abram em todas as direções e assim possamos colher com fé e viver com amor os mistérios de que nos destes participar.

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná por intermédio deste Parlamentar, cumpre o dever de associar-se à dor que abalou a família Almeida, endereçando a ela voto de profundo pesar, rogando a Deus para que a todos conforte.

#### REQUERIMENTO Nº 2168

Senhor Presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que sejam registrados nos Anais da sessão de hoje, voto de pesar pelo falecimento do senhor Wilson de Campos Oliveira, ocorrido dia 9 de novembro.

Requer ainda que do presente se dê ciência aos familiares, através de correspondência a ser encaminhada a Rua Padre Anchieta, 2454, apto. 201, CEP: 80.730-000, Curitiba - Paraná.

Sala das Sessões, em 13.11.2000.

(a) ORLANDO PESSUTI

#### REQUERIMENTO Nº 2171

Senhor Presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER após ouvir o douto Plenário, votos de pesar a família Ferreira Chaves, pelo falecimento na manhã desta segunda-feira, do policial civil Ângelo José Ferreira Chaves Neto, quando no exercício de sua profissão foi covardemente assassinado por ladrões que armados de fuzis e metralhadoras assaltaram a agência do Banestado na Fazenda Rio Grande.

Sala das Sessões, em 13.11.2000.

(a) GERALDO CARTÁRIO

#### JUSTIFICATIVA:

A Fazenda Rio Grande está vivendo nos últimos tempos uma terrível onda de violência. O Banco do Estado do Paraná, naquela cidade já foi assaltado por cinco vezes este ano. E, agora, assistimos este triste desfecho com a morte de um policial civil, Ângelo José que é sobrinho do delegado da Fazenda Rio Grande, José Carlos de Oliveira, tinha 42 anos e pai de 3 filhos. O que é pior nisto tudo: a falta de equipamentos, armas e aparelhamento da Polícia. Enquanto os marginais estão com fuzis e metralhadora nossa polícia valentemente trabalha com os velhos revólveres calibre 38 e muitas vezes com viaturas sucateadas. Vale lembrar que mais duas pessoas ficaram feridas durante o assalto. Um policial civil e um cliente do banco.

#### REQUERIMENTO Nº 2172

Senhor Presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, envio de votos de pesar à família Nichele pelo falecimento do seu patriarca o senhor Luiz Nichele, ocorrido no dia nove de novembro passado, no município de Fazenda Rio Grande.

Sala das Sessões, em 13.11.2000.

(a) GERALDO CARTÁRIO

JUSTIFICATIVA:

O senhor Luiz Nichele gozava de prestígio junto à população de Mandirituba e Fazenda Rio Grande, sendo um dos fundadores destas cidades e um dos principais comerciantes da região.

Ele foi presidente da Comissão que fundou e ajudou a construir a Igreja São Gabriel em Fazenda Rio Grande, além de ter participado ativamente do processo político, social e cultural em Mandirituba e Fazenda Rio Grande.

Faleceu aos 87 (oitenta e sete) anos deixando viúva dona Lúcia Nichele, com quem teve os filhos: Rosi Lindamir Nicheli, Dunimir Luiz Nichele e Erotides Angelo Nichele, este último, destaque em seu currículo o título de ex-prefeito de Mandirituba e empresário bem sucedido; e o seu irmão Dunimir é também grande empresário na Fazenda Rio Grande.

A falta do senhor Luiz Nichele será uma lacuna jamais preenchida; e as comunidades da Fazenda Rio Grande e de Mandirituba se encontram em luto por este falecimento.

#### REQUERIMENTO Nº 2136

Senhor Presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, sejam inseridos na Ata dos trabalhos do Poder Legislativo: voto de congratulações e aplausos, ao senhor Ary Siqueira, digníssimo prefeito municipal de Rio Negro, deste Estado, pelo recebimento do Prêmio Qualidade na Educação Infantil, que lhe será outorgado em Brasília, no próximo dia 13 de novembro do corrente

ano, pelo senhor ministro da Educação, Paulo Renato de Souza.

Sala das Sessões, em 13.11.2000.

(a) CESAR SELEME

JUSTIFICATIVA:

O senhor ministro da Educação, Paulo Renato Souza, o presidente da Undime, senhor Nervaldo Pontes de Azevedo, a presidente da Fundação Orsa, senhora Bernadete de Lourdes Garcia, têm o prazer e honra de conferir e entregar ao prefeito municipal de Rio Negro, Paraná, senhor Ary Siqueira, o Prêmio Qualidade na Educação Infantil, pelos relevantes serviços prestados pelo mesmo à Educação Infantil naquele município, elevando assim o nome do nosso Estado no cenário nacional.

Prêmio este que deverá ser entregue em Brasília, no Ministério da Educação, no próximo dia 13 do corrente mês e ano.

#### REQUERIMENTO Nº 2151

Senhor Presidente.

O deputado que o presente subscreve no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que sejam registrados nos Anais da sessão de hoje, voto de congratulações ao CREA, Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia, alusivos a realização do Seminário Nacional Sobre Desastres Ambientais, que ocorreu nos dias 07 e 08 de novembro.

Requer ainda que do presente se dê ciência ao Presidente da Comissão Mista do CREA-PR senhor engenheiro agrônomo Luiz Antônio Rossafa, através de correspondência a ser encaminhada a Rua Dr. Zamenhof, 35, CEP 80030-320, Curitiba, Paraná.

Sala das Sessões, em 13.11.2000.

(a) ORLANDOPESSUTI

#### REQUERIMENTO Nº 2166

Senhor Presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja consignado na Ata dos trabalhos da sessão de hoje, voto de congratulações e aplausos aos atletas paranaenses: Fabiano Machado da Silva, Luiz Algacir Vergílio da Silva e Anita Sotil, pela participação na Paraolimpíadas em Sidney.

Requer, outrossim, que da decisão da Casa, seja dada ciência ao senhor Nivaldo Menin, presidente da Associação dos Deficientes Físicos do Paraná, para que receba e transmita aos mencionados atletas o reconhecimento do Poder Legislativo do Estado do Paraná.

Sala das Sessões, em 13.11.2000.

(a) ANTONIO ANNIBELLI

JUSTIFICATIVA:

A comunidade paranaense, acompanhou com bastante interesse o resultado da equipe paranaense participante na Paraolimpíadas em Sidney.

A importância da participação com a conquista da medalha de Bronze pelo atleta Fabiano Machado da Silva, além da eficiente contribuição dos atletas Luiz Algacir Vergílio da Silva e Anita Sotil na modalidade de tênis de mesa.

Infelizmente o mercado de trabalho para os deficientes físicos é dramático.

Um número alto de paranaenses que vive apartados da sociedade pela força do preconceito das empresas e a negligência do estado.

Existem políticas que estão dando certo no mundo; portanto, é necessário aperfeiçoar a nossa Legislação. A legislação brasileira acompanha a inclinação da maioria dos países europeus e estabelece cotas para as empresas. Quem tem acima de cem empregados teria que ter 2% de trabalhadores portadores de deficiência; de 201 a 500, 3%, de 50 mil empregados 4% e acima disto 5%. Poucas empresas obedecem a lei.

Esta na hora de se encarar este problema. As novas tecnologias prometem expandir o trabalho para os portadores de deficiência.

Por isso, saudamos mais uma vez os aludidos atletas que nos deixaram entusiasmados. “Eles mostraram uma força que faltou aos outros em Sidney”.

“Para quem caminha em direção ao sol, é sempre madrugada”.

(Helena Kolody)

#### REQUERIMENTO Nº 2174

Senhor Presidente.

O deputado estadual que firma o presente documento, usando de suas prerrogativas regimentais, REQUER, após a anuência do Plenário, o encaminhamento dos cumprimentos deste Poder, à diretoria do Jornal O Paranação, da cidade de Guaíra, nas pessoas de Fábio Brito dos Santos, Silmara Brito dos Santos e Ademir Brito dos Santos, pelo transcurso dos quatro anos de existência do referido informativo.

Caso aprovado o presente requerimento, é solicitado que seja dado ciência do conteúdo ao senhor Fábio Brito dos Santos, no seguinte endereço: Av. Mate Laranjeira, 318, sala 10, Guaíra, Paraná, 85980-000.

Sala das Sessões, em 13.11.2000.

(a) ELIO RUSCH

JUSTIFICATIVA:

Fundado em 13 de novembro de 1996 pelo ilustre jornalista Ademir Brito dos Santos, diretor de O Regional da cidade de Assis Chateaubriand, o jornal O Paranação firmou-se no decurso de seus quatro anos de existência, num referencial da imprensa na região fronteira entre Brasil e Paraguai, e Paraná e Mato Grosso do Sul. Estabeleceu um forte vínculo de integração entre as regiões componentes desse espaço geográfico, formentado pelas o progresso e o desenvolvimento de sua gente.

Com uma linha editorial politicamente independente, o citado jornal tem contribuído muito no processo

democrático, na formação da cidadania e como agente de aspersão cultural.

Por estas razões, é que se justifica a presente homenagem requerida.

#### REQUERIMENTO Nº 2150

Senhor Presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o encaminhamento de ofício a Anatel, Agência Nacional de Telecomunicações, objetivando verificar a possibilidade do consumidor realizar o controle domiciliar do número de pulsos originários do seu terminal telefônico, permitindo o controle dos seus gastos e o monitoramento dos valores cobrados pelas prestadoras. O que se pretende é saber se existe tecnologia disponível para tal e qual a viabilidade econômica para sua implantação.

Sala das Sessões, em 13.11.2000.

(a) ADEMAR TRAIANO

JUSTIFICATIVA:

Em primeiro lugar, cumpre ressaltar que o deputado estadual que subscreve o presente requerimento, o faz na qualidade de presidente da Comissão de Defesa do Consumidor desta Casa de Leis.

Neste sentido, embora ciente das limitações que lhe são impostas pela Lei Maior, que confere à União a competência para regular a matéria de telecomunicações, vedando ao Estado-Membro a normatização de tal atividade, não pode deixar de interessar-se pelo assunto. Não só tenho em vista seu dever funcional e sua condição de homem público, como também o elevado número de reclamações que tem chegado ao conhecimento da todos e a competência concorrente dos Estados em matérias de Defesa do Consumidor.

A atividade das prestadoras de serviço público de telecomunicações e a defesa do consumidor são temas intimamente ligados. Tal afirmação pode ser corroborada por uma simples pesquisa no banco de dados do Procon-PR, onde verificaremos um alarmante aumento no número de reclamações sobre o problema de cobrança indevida em relação a empresa Telepar Brasil Telecom Telecomunicações do Paraná S/A. O mesmo se diga no tocante ao aumento no número de Ações Cíveis intentadas por particulares no País inteiro contra as referidas prestadoras de serviço.

Através da Lei Federal nº 9472, de 16.07.97, a União outorgou sua competência legislativa à Anatel, Agência Nacional de Telecomunicações. Neste termos, cabe a Anatel normatizar matéria referente aos requisitos mínimos das contas telefônicas, notadamente na composição das mesmas no tocante a informações detalhadas referentes aos pulsos efetuados pelo consumidor.

Em outras palavras, a Anatel determina que informação a prestadora deve fornecer ao consumidor; a prestadora informa o número de pulsos consumidos no período e o consumidor deve contentar-se em simples-

mente aceitar esta informação, sem maiores questionamentos. É neste momento que os direitos do consumidor são afrontados. Retira-se do consumidor o direito de controlar os seus gastos e o direito de monitorar a prestadora.

Como parlamentar e como é nosso dever exigir da Anatel soluções para os problemas que surgiram e se multiplicaram após a privatização das telecomunicações no Brasil. Buscar alternativas tecnológicas que possibilitem ao consumidor o controle domiciliar do número de pulsos que partiram de seu terminal telefônico, com a finalidade de exigir das prestadoras sua adequação a padrões mais avançados e que tenham em mira a satisfação do consumidor é, por força da Lei nº 9472 (Lei Geral das Telecomunicações), uma das competências da Anatel. É o que diz o artigo 19 da referida lei:

“Art. 19 - A Agência compete adotar as medidas necessárias para o atendimento do interesse público e para o desenvolvimento das telecomunicações brasileiras, atuando com independência, imparcialidade, legalidade, impessoalidade e publicidade e, especialmente:

XVII - Reprimir infrações dos direitos dos usuários.”

Assim sendo, tendo em vista que a atividade de tal telecomunicações no Brasil trata-se de negócio extremamente lucrativo e que, em contrapartida deve proporcionar ao usuário qualidade e preço baixo, o presente requerimento justifica-se no interesse desta Casa de Leis em resguardar os interesses dos consumidores paraenses e brasileiros.

#### REQUERIMENTO Nº 2163

Senhor Presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja encaminhado expediente ao Excelentíssimo senhor Antonio Polloni, secretário de Estado da Agricultura e do Abastecimento, para informar qual a razão do cancelamento da Feira do Paraná, que seria realizada conforme programação, de 24 de novembro a 03 de dezembro, no Parque Castelo Branco.

Sala das Sessões, em 13.11.2000.

(a) ANTONIO ANNIBELLI

JUSTIFICATIVA:

A tradicional Feira do Paraná é um evento que era realizado há mais de 30 anos no Parque Castelo Branco.

A Feira foi suspensa, faltando pouco mais de 20 dias para sua realização e com 60% dos stands já comercializados.

Os criadores e expositores contabilizaram elevados prejuízos. Em muitos casos a perda vai além do dinheiro aplicado com a preparação de mercadorias e animais, já que muitos perderam também competições anuais e a chance de valorizar seus produtos.

A suspensão da Feira do Paraná está gerando prejuízos incalculáveis, pois cada animal tem que cumprir um calendário específico para participar do ranking nacional. Como a Feira não vai ocorrer, o criador deixou

de cumprir uma etapa e não poderá mais participar de outras exposições por não ter classificação.

Vários produtores que receberam ofertas de compra não venderam, porque esperavam a feira do Parque Castelo Branco para comercializar o animal com maior valorização.

A agropecuária do Paraná tem um dos melhores acervos genéticos de gado de corte e sem a Feira do Paraná, ficou sem ter como comercializar e mostrar os produtos. Temos certeza que isso causará enorme desestímulo ao criador.

#### REQUERIMENTO Nº 2140

Senhor Presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER ao douto Plenário, o envio de expediente ao senhor Jaime Lerner, governador do Estado do Paraná, sugerindo a criação de uma Agência de Pequeno Porte da Secretaria de Estado do Emprego e Relações do Trabalho no município de Cidade Gaúcha.

Sala das Sessões, em 13.11.2000.

(a) EDNO GUIMARÃES

JUSTIFICATIVA:

O município de Cidade Gaúcha colocou no ano de 2000 aproximadamente 410 trabalhadores no mercado de trabalho.

Com a criação da agência, a intermediação ficaria mais fácil e seria mais rápido.

#### REQUERIMENTO Nº 2141

Senhor Presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, ao douto Plenário, o envio de expediente ao senhor Jaime Lerner, governador do Estado do Paraná, sugerindo a criação de uma Agência de Pequeno Porte da Secretaria de Estado do Emprego e Relações do Trabalho no município de Tapejara.

Sala das Sessões, em 13.11.2000.

(a) EDNO GUIMARÃES

JUSTIFICATIVA:

O município de Tapejara colocou no ano de 2000 aproximadamente 370 trabalhadores no mercado de trabalho.

Com a criação da agência, a intermediação ficaria muito mais fácil e seria mais rápido.

#### REQUERIMENTO Nº 2142

Senhor Presidente.

O deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja encaminhado expediente ao Comando da Polícia Militar do Paraná, no sentido de determinar policiamento ostensivo na Avenida da República - Bairro Parolim. Os assaltos são frequentes e

os moradores pedem urgência no atendimento do presente, devido à falta de segurança no local.

Sala das Sessões, em 13.11.2000.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

#### REQUERIMENTO Nº 2143

Senhor Presidente.

O deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja encaminhado expediente ao Comando da Polícia Militar do Paraná, no sentido de determinar policiamento ostensivo na rua Reverendo Lauro de Castro - Conjunto Mercúrio - Bairro Cajuru. Tal pedido já havia sido feito em 25/04 do corrente, através do Requerimento LCM/AL/18.714 (cópia anexa), sendo que na ocasião, por mais ou menos 15 dias, houve policiamento no local, porém, após esse período, têm ocorrido assaltos com frequência. Os moradores e comerciantes locais estão apreensivos devido a falta de segurança, pois os assaltos ocorrem durante o dia. Face ao exposto, pede-se policiamento ostensivo com urgência.

Sala das Sessões, em 13.11.2000.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

#### REQUERIMENTO Nº 2144

Senhor Presidente.

O deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja encaminhado expediente à Brasil Telecom S.A. - Telepar Brasil Telecom, no sentido de retirar o pedido feito pela senhora Marilda de Fátima Moraes da Luz, através de nosso Requerimento LCM/AL/18.781/2000 e Ofício nº 1067/00/CEA dessa Assembleia Legislativa (cópias anexas), referentes à agilização na instalação de um terminal telefônico de contrato nº 3819174070. Se necessário, recomendamos contato com a requerente pelo telefone 666-1024.

Sala das Sessões, em 13.11.2000.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

#### REQUERIMENTO Nº 2145

Senhor Presidente.

O deputado que o presente subscreve, usando de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, envio de expediente ao Tribunal Regional Federal - 4ª Região, com sede em Porto Alegre / RS, solicitando estudo de viabilidade da criação da 3ª Vara Federal no município de Cascavel.

Este requerimento visa atender a uma justa reivindicação da população de Cascavel, representada especialmente por combativas entidades como a OAB - Ordem dos Advogados do Brasil, que sentem a necessidade de dispor de meios mais próximos e eficazes de promoção da justiça.

Sala das Sessões, em 13.11.2000.

(a) EDGAR BUENO

#### REQUERIMENTO Nº 2164

Senhor Presidente

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja encaminhado expediente, em regime de urgência, ao Excelentíssimo senhor ministro da Fazenda, Pedro Malan, ao Excelentíssimo senhor ministro da Agricultura, Patrini de Moraes, a senhor presidente do Banco Central, doutor Armínio Fraga Neto, no sentido de determinarem estudos para a reformulação das Resoluções sob nºs 002769 e 002778 do Banco Central.

Requer, outrossim, que da decisão da Casa, seja dada ciência ao senhor Ágide Meneguette, presidente da Federação da Agricultura do Estado do Paraná, bem como ao senhor presidente do Sindicato Rural de Ibaiti, ao senhor presidente do Sindicato Rural de Curiúva e ao senhor presidente da Associação dos Cafeicultores de Figueira.

Sala das Sessões, em 13.11.2000.

(a) ANTONIO ANNIBELLI

JUSTIFICATIVA:

Anexamos a este, xerocópia das bem fundamentadas reivindicações dos cafeicultores do Norte Pioneiro, em reunião realizada dia 24.10.2000 em Ibaiti.

Entendemos justíssimos os pedidos ali formulados, por esta razão, estamos apelando às autoridades competentes no sentido de acolherem as reivindicações para evitar problemas com a cafeicultura paranaense.

Os primeiros homens foram agricultores.

Foi o instinto que os levou a amansar a terra, para dela tirarem o necessário para seu sustento

Não foi, pois, às artes e às ciências que o homem dedicou os primeiros albos de sua inteligência e, sim, à agricultura. Não é sem razão, que ela é tida como a indústria mãe.

Com efeito, quantas não são, nos termos modernos, as indústrias que lhe são tributárias e quantas não tem por fim auxiliá-la, para que seu rendimento seja maior?

Quantos não são os grandes nomes célebres na história, no terreno da ciência e das artes, que não desdenharam de se entregar ao labor fecundo dos campos?

Se é verdade que a industrialização é a característica das grandes civilizações modernas, também é verdade que essa industrialização se baseia nos progressos da agricultura.

A agricultura produz a matéria-prima que a indústria consome, razão pela qual uma grande indústria precisa ter a condicioná-la uma agricultura orientada pela técnica e pela ciência.

Explorar a terra, cultivar os cereais, desenvolver a pecuária, é concorrer para a satisfação das mais prementes necessidades do homem.

Vamos todos salvar a cafeicultura paranaense.

#### REQUERIMENTO Nº 2167

Senhor Presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja encaminhado expediente aos eminentes senadores: Antonio Carlos Magalhães, Álvaro Dias, Osmar Dias e Roberto Requião, no sentido de parabenizá-los efusivamente pela feliz decisão sobre o reajuste do salário mínimo.

Sala das Sessões, em 13.11.2000.

(a) ANTONIO ANIBELLI

JUSTIFICATIVA:

Entendemos que a elevação do salário mínimo é uma questão de vida ou morte.

Há tempo para mudanças, por isso, temos certeza que os eminentes senadores somarão esforços concentrando energias como instrumento de apoio na tramitação dos objetivos para a elevação substancialmente do salário mínimo.

Está havendo, atualmente, no Congresso Nacional, uma grande discussão em torno da elevação do salário mínimo. O assunto é muito importante, porém, nada mais justo que o tema seja analisado, discutido e debatido com profundidade porque, entendemos de uma abordagem humanística a iniciativa, notando que o direito de um salário condigno manifesta a mais refinada expressão civilizatória.

As oportunidades que se abrirão, serão tão amplas e promissoras que vale a pena um estudo cauteloso como está acontecendo com os eminentes senadores.

“Certo poeta dizia: O homem torna-se útil a medida que demonstra seus conhecimentos”. “Só os efeitos positivos podem marcar a presença do homem na vida”.

#### REQUERIMENTO Nº 2149

Senhor Presidente.

O deputado que o presente subscreve e no uso de suas atribuições legais e regimentais, e com fundamento nos dispositivos constitucionais, REQUER, seja enviado ao Tribunal de Contas do Estado do Paraná, pedido de informações acerca do total de gastos da administração pública, tanto direta como indireta, empresas e autarquias, com divulgação e comunicação social, especificando por unidade orçamentária e discriminando os custos de produção e de veiculação, correspondente ao ano de 1999. Informará ainda as empresas ou veículos de comunicação contratados para veiculação.

Sala das Sessões, em 13.11.2000.

(a) LUIZ CARLOS ZUK

#### REQUERIMENTO Nº 2161

Senhor Presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, e após ouvido o Plenário, respeitosamente, REQUER, envio de Pedido de Informações ao secretário de Estado da Fazenda, senhor Ingo Henrique Hubert, solicitando cópia dos

relatórios de licitações, praticadas pela Sanepar, com dispensa e inexigibilidade de licitações, praticadas entre o período de 26 de janeiro a 05 de setembro de 2000, para os fins estabelecidos no Artigo 26, da Lei nº 8666/93

Nestes termos pede deferimento, conforme dispõem os Artigos 132 e 133, incisos e parágrafos do Regimento desta Casa de Leis.

Sala das Sessões, em 13.11.2000.

(aa) ORLANDO PESSUTI, JOSÉ MARIA FERREIRA, EDSON STRAPASSON, WALDYR PUGLIESI, ÂNGELO VANHONI, LUIZ CARLOS ZUK, EDGAR BUENO, IRINEU COLOMBO, CAÍTO QUINTANA e HERMES FONSECA.

#### REQUERIMENTO Nº 2170

Senhor Presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o Plenário, respeitosamente REQUER, envio de pedido de informações ao secretário de Estado do Esporte e Turismo, a respeito dos valores gastos para a execução dos Jogos Mundiais da Natureza, conforme segue:

01) Qual o valor gasto na organização e execução dos Jogos Mundiais da Natureza?

02) Qual o valor gasto em publicidade com os referidos Jogos?

03) Quais os ordenadores com as despesas de publicidade acima referidas?

04) Quais as agências de publicidade que participaram da divulgação dos Jogos, qual o valor pago a cada uma delas e seus respectivos proprietários?

05) Quais os veículos de comunicação que divulgaram as campanhas publicitárias e qual o valor pago a cada um?

06) Qual o investimento em obras de infraestrutura para a realização dos Jogos?

07) Quais as empresas que participaram da execução dessas obras?

Encaminhar cópia dos respectivos contratos e termos aditivos assinados com as respectivas empresas.

Nestes termos pede deferimento, conforme dispõem os Artigos 132 e 133, incisos e parágrafos do Regimento desta Casa de Leis.

Sala das Sessões, em 13.11.2000.

(aa) ÂNGELO VANHONI, EDSON STRAPASSON, ORLANDO PESSUTI, IRINEU COLOMBO, EDGAR BUENO, ANTONIO ANNIBELLI, CAÍTO QUINTANA, JOSÉ MARIA FERREIRA, WALDYR PUGLIESI, ADEMIR BIER e HERMES FONSECA.

### Projetos de Lei:

PROJETO DE LEI Nº 374/2000  
A Assembléia Legislativa do

## Estado do Paraná

## D E C R E T A :

Art. 1º - O Poder Executivo compensará, integral ou parcialmente, os débitos fiscais inscritos na Dívida Ativa e ajuizados até 31 de dezembro de 2000, com créditos contra a Fazenda do Estado e suas autarquias, oriundos de sentenças judiciais com precatórios pendentes de pagamento até o final do exercício de 2001.

Parágrafo Único - Para os efeitos desta lei, define-se crédito contra a Fazenda Pública do Estado e suas autarquias, o valor - atualizado e com a incidência de juros até a data da compensação conforme os critérios da sentença judicial - devido pela Fazenda do Estado ou por suas autarquias ao próprio devedor fiscal ou a terceiro-cedente, por força de precatório requisitório expedido, processado e registrado pelo Tribunal competente, a respeito do qual não penda recurso judicial com efeito suspensivo em favor da Fazenda do Estado.

Art. 2º - Apenas para os fins desta lei, fica autorizada a assunção, pela Fazenda do Estado, de créditos contra suas autarquias.

Art. 3º - O débito inscrito em Dívida Ativa não deve estar sujeito a recurso judicial com efeito suspensivo em favor da Fazenda do Estado.

Art. 4º - A compensação fica restrita aos requerimentos protocolados na Secretaria da Fazenda do Estado do Paraná em até 180 (cento e oitenta) dias contados da publicação desta lei.

§ 1º - O requerimento sujeitar-se-á a exame pela Procuradoria Geral do Estado, a qual poderá, em até cinco dias, fundamentadamente, indeferir-lo, apenas devido a vício formal.

§ 2º - Sanado o vício, será permitido ao devedor fiscal protocolar novo requerimento.

Art. 5º - A extinção dos débitos fiscais, realizada na forma desta lei, não dispensa o devedor do pagamento das despesas processuais.

Art. 6º - Para os fins desta lei, os honorários advocatícios incidentes sobre os débitos liquidandos serão reduzidos para o máximo de 10% (dez por cento).

Art. 7º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 13.11.2000

(a) NELSON GARCIA

Apoiamento:

Plauto Miró Guimarães, Edno Guimarães, Hermas Brandão e Fernando Ribas Carli.

JUSTIFICATIVA:

O presente projeto de lei visa possibilitar ao devedor do fisco paranaense a compensação de seu débito fis-

cal com crédito dele ou de terceiro, contra a Fazenda do Estado e suas autarquias.

A propositura se justifica diante de dois aspectos:

a) a necessidade de saneamento das finanças do Estado, no tocante aos débitos decorrentes de decisões judiciais e consubstanciados em precatórios requisitórios (artigo 100 da Constituição Federal e artigo 730 do Código de Processo Civil) e;

b) a necessidade de agilizar-se a cobrança da dívida ativa do Estado, fazendo com que os devedores possam ter condições de saldar seus débitos com o fisco paranaense.

Em verdade o que se pretende é um “encontro de contas” entre devedores e credores, através da extinção da dívida ativa com a utilização de crédito existente em precatórios judiciais contra o Estado e suas autarquias.

O devedor fiscal poderá compensar sua dívida com crédito que possua contra a fazenda (ou autarquias), bem como com crédito adquirido de terceiro, o qual cede seus crédito àquele para os fins da lei aqui proposta.

A utilização da compensação fica limitada aos débitos inscritos em dívida ativa e ajuizados até 31 de dezembro de 2000, independentemente da época do respectivo fato gerador; bem como aos precatórios que seriam pagos até 31 de dezembro de 2001.

A proposta não ofende a regra de pagamento segundo a ordem cronológica dos precatórios judiciais, por duas razões: a um por que não se trata de pagamento propriamente dito e a dois por que a oportunidade para compensação é oferecida a todos os credores do Estado indistintamente.

Do exposto, submetemos à apreciação desta Casa de Leis o presente projeto de lei, que esperamos ter aprovação.

PROJETO DE LEI Nº 375/2000

A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

## D E C R E T A :

Art. 1º - Fica instituída, nos termos do artigo 25, § 3º da Constituição Federal e artigo 21 da Constituição do Estado do Paraná, a Região Metropolitana de Paranavaí, constituída pelos municípios de Paranavaí, Alto Paraná, São João do Caiuá, Santo Antonio do Caiuá, Guairaçá, Terra Rica, Diamante do Norte, Itaúna do Sul, Marilena, Nova Londrina, Loanda, São Pedro do Paraná, Porto Rico, Santa Mônica, Santa Isabel do Ivaí, Planaltina do Paraná, Querência do Norte, Santa Cruz do Monte Castelo, Paraíso do Norte, São Carlos do Ivaí, Tamboara, Nova Aliança do Ivaí, Guaporema, Amaporã e Inajá.

Art. 2º - A Região Metropolitana de Paranavaí terá um Conselho Deliberativo e um Conselho Consultivo.

§ 1º - O Conselho Deliberativo constituir-se-á de 07 (sete) membros de reconhecida capacidade técnica e administrativa, nomeados pelo Governo do Estado, sendo

necessariamente, e no mínimo, 03 (três) deles indicados pelos municípios que compõem a Região Metropolitana, sendo que o município de Paranavaí será considerado membro-nato.

§ 2º - O Conselho Consultivo compor-se-á de um representante de cada município integrante da Região Metropolitana de Paranavaí e de 03 (três) representantes da sociedade civil sob a direção do Presidente do Conselho Deliberativo.

§ 3º - O governo do Estado deverá prover, mediante recursos orçamentários, as despesas de manutenção das atividades e funções do Conselho Deliberativo e do Conselho Consultivo.

Art. 3º - Compete ao Conselho Deliberativo:

I - promover a elaboração do Plano de Desenvolvimento Integrado da Região Metropolitana e a programação dos serviços comuns;

II - coordenar a execução de programas e projetos de interesse da Região Metropolitana, objetivando-lhes, sempre que possível, a unificação quanto aos serviços comuns.

Art. 4º - Compete ao Conselho Consultivo:

I - opinar, por solicitação do Conselho Deliberativo, sobre questões de interesse da Região Metropolitana de Paranavaí;

II - sugerir ao Conselho Deliberativo a elaboração de planos regionais e a adoção de providências relativas à execução dos serviços comuns.

Art. 5º - São serviços comuns e de interesse coletivo dos municípios que integram a Região Metropolitana:

I - planejamento integrado do desenvolvimento sócio-econômico e cultural;

II - saneamento básico, abastecimento de água, rede de esgoto e serviços de limpeza pública;

III - uso do solo metropolitano;

IV - transporte e sistema viário;

V - aproveitamento dos recursos hídricos e controle ambiental;

VI - outros aprovados no Plano de Desenvolvimento Regional Integrado.

Art. 6º - Fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a proceder remanejamento orçamentário destinado a atender o disposto nesta lei.

Art. 7º - Esta lei complementar entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 13.11.2000.

(a) LUIZ ACCORSI

JUSTIFICATIVA:

Com a erradicação da cafeicultura verificada no Noroeste paranaense na década de 60-70, temeu-se pela desertificação daquela região.

Com o desaparecimento das pequenas propriedades que foram abocanhadas pelos latifúndios para a prática da pecuária, lá se instalou a indústria da mudança.

Os municípios polarizados pela cidade de Paranavaí, viram suas populações diminuir em cerca de trinta por cento, conforme dados fornecidos pelo IBGE.

Levas e levadas de famílias buscaram as grandes e médias cidades do Paraná, outros Estados e até a vizinha República do Paraguai.

Hoje, felizmente, o quadro é outro e graças à persistência, à tenacidade e à criatividade dos que lá permaneceram, aconteceram avanços sócio-econômicos gerados pela diversificação de atividades dando a perceber uma reanimação geral.

Em Paranavaí, o grupo Felipe, mesmo em meio à recessão, atreveu-se a implantar o Mister Frango, empresa que abate 45 mil aves/dia com a projeção para chegar aos 100 mil ainda nessa virada de século. A Mister Frango atua em 45 municípios circunvizinhos, onde estão implantados 200 barracões para engorda, envolvendo 170 produtores. Além de suprir parte do mercado interno, ainda exporta para Singapura, Hong-Kong, Argentina e Paraguai, estando em curso negociações com a Arábia Saudita.

Desdenhando a crise do setor canavieiro, motivada pelo esvaziamento do Pró-Álcool, os usineiros de Paraíso do Norte e de Nova Londrina, insistem no aumento da área de plantio de cana, mantenedor de milhares de empregos, gerador de renda e alavancador de tributos.

A Fazenda Matão, capitaneada por Clóvis Amaral, abraçou o projeto do abate do novilho super-precoces desenvolvido pela Unesp de Botucatu e lá acontece um pioneiro processo de integração de atividades agro-industriais, que abrangem avicultura, piscicultura, citricultura envolvendo dezenas de pequenos e médios proprietários da região.

Recentemente o governador Jaime Lerner surpreendeu-se ao conhecer o parque industrial de Loanda, que além de diversas indústrias moveleiras ostenta o título de capital paranaense do fabrico de torneiras e registros, sendo que esse segmento já se espalhou por Santa Isabel do Ivaí, São Pedro do Paraná e Porto Rico.

Em Marilena, pequenos e médios proprietários rurais hoje plantam morango, goiaba, maracujá e acerola para fornecimento de matéria prima para a Frupex.

Hoje, a região é uma das maiores produtoras de mandioca do Brasil, exportando seus sub-produtos para diversos Estados e alimentando inúmeras indústrias de transformação: farinhas e feculares.

Além da Paraná Citrus, uma outra indústria finca raízes em Paranavaí para absorção das safras de laranja.

Em Santa Isabel do Ivaí, onde aliás, nasceu a idéia da introdução do cultivo do côco na região, um grupo for-



mado por pequenos proprietários reunidos em condomínio arrendaram uma porção de terra que cobriram com 1.200.000 pés de abacaxi, despertando o interesse do mercado argentino. É a maior área de abacaxi existente em todo o sul-brasileiro.

No campo educacional, Paranavaí sedia duas faculdades, a Fafipa - Filosofia, Ciências e Letras, e a Unipar - de Direito e recentemente, a comunidade polarizada pela cidade de Loanda viu concretizado o velho sonho de sediar também a sua escola de ensino superior.

Essas e outras razões incentivaram este Parlamento para a apresentação do plano de lei em questão.

Os municípios indicados para participarem da região metropolitana de Paranavaí têm uma vida econômica e social interligada por diversos fatores como a presença de escolas de nível superior, indústrias, comércio atuante, arraigada tradição agropecuária, enfim, todo um universo convergente que habilita a constituição de uma RM destinada a melhorar, a qualificar de forma planejada e permanente, o desenvolvimento global e individual de cada um e de todos os municípios por ela integrados.

A criação e a instalação da Região Metropolitana de Paranavaí é pretendida por toda a comunidade lá radicada, exigente de condições para melhoria de vida.

#### PROJETO DE LEI Nº 376/2000

A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

#### D E C R E T A :

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública, a Casa de Recuperação "Renascer com Cristo para a Vida Eterna", com sede e foro no município de Mandirituba, Estado do Paraná.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 13.11.2000.

(a) HIDEKAZU TAKAYAMA

#### JUSTIFICATIVA:

A Casa de Recuperação "Renascer com Cristo para a Vida Eterna", que ora encaminho para que seja declarada de Utilidade Pública Estadual, foi criada em 01.09.98, por um grupo de pessoas, maiores, residentes e domiciliados na cidade de Mandirituba-Paraná. A entidade em apreço está registrada sob nº 1354 no Livro A-02 de Pessoas Jurídicas da Comarca de São José dos Pinhais, Estado do Paraná, e devidamente cadastrada no CNPJ nº 02.950.508/0001-86, estando em pleno funcionamento, em sua sede própria, na localidade de Chimbóveiro no município de Mandirituba, Estado do Paraná.

A Casa de Recuperação "Renascer com Cristo para a Vida Eterna", dentre outros, tem como objetivo principal, o desenvolvimento de programas sociais, visando amparar, recuperar e promover a reintegração à vida comunitária, de pessoas portadoras de dependências

químicas, problema este, que tem se tornado um dos principais fatores de geração de violência em todo o País.

Pelo exposto, e considerando que a instituição em epígrafe além de cumprir seus objetivos, cumpre também o que dispõe a legislação pertinente, proponho que a mesma seja declarada de Utilidade Pública.

#### PROJETO DE LEI Nº 377/2000

A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

#### D E C R E T A :

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública, a Associação Evangélica Rádio Comunitária Filadélfia - "Aercof", com sede e foro na cidade de Terra Rica, Estado do Paraná.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 13.11.2000.

(a) HIDEKAZU TAKAYAMA

#### JUSTIFICATIVA:

A Associação Evangélica Rádio Comunitária Filadélfia, também designada pela sigla Aercof, que ora encaminho para que seja declarada de Utilidade Pública Estadual, foi criada no dia 25.04.99, por um grupo de pessoas residentes e domiciliadas na cidade de Terra Rica, Estado do Paraná, com o objetivo principal de prestar serviços de radiodifusão, operando em FM (Frequência Modulada) em sintonia de baixa potência, conforme dispõe a Lei nº 9.612 de 18.02.98, regulamentada pelo Decreto nº 2.615 de 03.06.98 e normatizada pela Portaria nº 191 de 16.08.98.

A Aercof, é uma sociedade civil, de direito privado, de duração indeterminada, devidamente registrada no Livro B-1 do Cartório Criminal, Registro Civil e Títulos e Documentos da comarca de Terra Rica, conforme certidão em anexo, e inscrita no CNPJ sob nº 03.138.479/0001-15, tendo sua sede e foro na Avenida Euclides da Cunha, nº 926, no mesmo município.

Visando a consecução dos seus objetivos, a Aercof, manterá a divulgação de programas de caráter educativo, filantrópico, cultural, assistencial, histórico, recreativo, religioso, ecológico e jornalístico.

Face ao exposto, considerando que a instituição em apreço, além de cumprir seus objetivos, cumpre também o que dispõe a legislação pertinente. Proponho que a mesma seja declarada de Utilidade Pública Estadual, por esta augusta Casa de Leis.

#### PROJETO DE LEI Nº 378/2000

A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

#### D E C R E T A :

Art. 1º - Fica o Poder Executivo autorizado a criar, através do Departamento de Trânsito do Paraná - Detran/

PR, uma Circunscrição Regional de Trânsito - Ciretran, no município de São Miguel do Iguaçu, Estado do Paraná.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 13.11.2000.

(a) HIDEKAZU TAKAYAMA

#### JUSTIFICATIVA:

O projeto de lei que ora proponho, tem por objetivo principal, atender a reivindicação dos moradores dos municípios de São Miguel do Iguaçu e Itaipulândia, hoje com 25.000 e 8.000 habitantes aproximadamente e com uma frota de 6.300 e 1.350 veículos respectivamente, que solicitam a criação de uma Ciretran no município de São Miguel do Iguaçu.

A criação da Ciretran no município de São Miguel do Iguaçu, ajudará sobremaneira a população dos respectivos municípios que hoje precisam deslocar-se até o município de Medianeira, para solucionar problemas de regulamentação de documentação de seus veículos.

Saliento que, o município de Itaipulândia, já pertence à comarca de São Miguel do Iguaçu, e por este motivo a criação da Ciretran no município de São Miguel do Iguaçu trará mais comodidade à população dos respectivos municípios, que passarão a contar com mais um serviço público.

Face ao exposto, considerando os benefícios que a criação da Ciretran trará aos municípios de São Miguel do Iguaçu e Itaipulândia, solicito aos demais Pares desta Casa de Leis, o apoio para aprovação do projeto em epígrafe.

#### PROJETO DE LEI Nº 379/2000

A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

#### D E C R E T A :

Art. 1º - Fica o chefe do Poder Executivo autorizado a doar à Convenção das Igrejas Evangélicas Assembléia de Deus do Estado do Paraná - CIEADEP, através do regime de cessão de uso, as dependências da Estância Hidromineral Santa Clara, localizada no município de Candói, Estado do Paraná, com área de 121 (cento e vinte e um) Ha., devidamente registrada no Cartório do 2º Ofício Imobiliário da Comarca de Guarapuava, conforme matrícula nº 12.725, às folhas 01 e 02, com as respectivas benfeitorias averbadas.

Art. 2º - O imóvel objeto da doação, descrito no artigo anterior, só poderá ser usado pela donatária e na prática de suas finalidades estatutárias, não podendo em qualquer tempo, ser transferido para terceiros ou utilizado para outros fins, sob pena de reversão do mesmo ao patrimônio do Estado, independente de qualquer interpelação ou notificação, conseqüentemente, gravado com as cláusulas de inalienabilidade em contrário.

Art. 3º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 13.11.2000.

(a) HIDEKAZU TAKAYAMA

#### JUSTIFICATIVA:

O presente projeto de lei que ora proponho, autoriza o chefe do Poder Executivo, efetuar a doação à Convenção das Igrejas Evangélicas Assembléia de Deus do Estado do Paraná - Cieadep, em caráter definitivo ou através do regime de cessão de uso, as dependências da Estância Hidromineral Santa Clara, localizada no município de Candói, Estado do Paraná, com área de 121 (cento e vinte e um) Ha., devidamente registrada no Cartório do 2º Ofício Imobiliário da Comarca de Guarapuava, conforme matrícula nº 12.725, às folhas 01 e 02, com as respectivas benfeitorias averbadas.

A Cieadep, é uma sociedade civil de direito privado, sem fins lucrativos, de duração indeterminada, devidamente inscrita no CNPJ nº 78.552.817/0001-60, cujo objetivo principal dentre outros, é o da filantropia, objetivo este que se cumpre, através do atendimento social prestado à comunidade nas áreas da educação, da saúde, do lazer e do desporto.

O imóvel objeto da doação, de que trata o presente projeto de lei, só poderá ser usado pela donatária e na prática de suas finalidades estatutárias, não podendo em qualquer tempo, ser transferido para terceiros ou utilizado para outros fins, sob pena de reversão do mesmo ao patrimônio do Estado, independente de qualquer interpelação ou notificação, conseqüentemente, gravado com as cláusulas de inalienabilidade ou impenhorabilidade.

Face ao exposto, considerando o alto valor e alcance social do projeto ora proposto, solicito o apoio dos nobres Pares desta Casa de Leis, para a aprovação do mesmo.

#### PROJETO DE LEI Nº 380/2000

A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

#### D E C R E T A :

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública a Associação Beneficente Evangélica de Quatro Barras - ABEQ, com sede e foro no município de Quatro Barras.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, 13.11.2000.

(a) PASTOR EDSON PRACZYK

#### JUSTIFICATIVA:

A Associação Beneficente Evangélica de Quatro Barras - ABEQ, é uma sociedade civil sem fins lucrativos, que tem por finalidade auxiliar no desenvolvimento de programas, projetos e serviços de proteção à família, à maternidade, à infância, à adolescência, à velhice, amparo às crianças e adolescentes carentes, de promoção da integração ao mercado de trabalho, de habilitação e

reabilitação de pessoas portadoras de deficiências e a promoção de sua integração à vida comunitária, de desenvolvimento da educação secular religiosa, saúde médico-odontológica e de cultura.

Com este projeto de lei, buscaremos de forma positiva, auxiliar essa instituição a proceder à ampliação de suas atividades, através de forma legal junto aos órgãos públicos, já que tem suficiente e méritos semelhantes.

Desta forma, esperamos o devido apoio e consequente aprovação a esta proposta de lei, que tem por fim reconhecer o esforço e o trabalho da Associação Beneficente Evangélica de Quatro Barras.

**O SR. PRESIDENTE (Caíto Quintana)**

No Pequeno Expediente, concedo a palavra ao primeiro orador inscrito, deputado Luiz Carlos Alborghetti.

**O SR. LUIZ CARLOS ALBORGHETTI**

Senhor presidente e senhores deputados.

Apesar do feriado desta semana, a minha assessoria termina um projeto de fundamental importância, já que o meu partido em Brasília, protocolou este Projeto nº 3688, aguarda despacho do presidente Michel Temer e deverá tramitar nas Comissões Técnicas do Parlamento, em Brasília.

Esse projeto, de minha autoria, já estava praticamente elaborado, como outro que já fiz, que já foi aprovado nesse Parlamento, a contratação de psicólogas e assistentes sociais, nas delegacias de polícia, no Estado do Paraná.

Porque é de fundamental importância, se nos países de 1º mundo, o promotor público tem uma sala designada dentro de uma Delegacia de Polícia, assim como tem a assistente social e a psicóloga, por que nós nesse país, não poderíamos ter a mesma modalidade de trabalho?

Esse projeto que já foi aprovado em uma das minhas legislaturas que é a 4ª e mais uma de vereador, mais de 22 anos, na vida pública. Foi aprovado neste Parlamento, lamentavelmente, não sei se há falta de recursos para que haja a contratação em até mesmo, não só das assistentes sociais, como das psicólogas para que as mesmas prestem serviços nas delegacias de polícia, se não em todas, mas principalmente nas micro-regiões numa delegacia na capital, em Londrina uma delegacia centro, em Maringá, em Cascavel, em Foz do Iguaçu, em Paranavaí, em Cornélio Procopio, há necessidade, senhores pais e senhora mãe, que estão nesta sessão de hoje, de termos nestas delegacias, porque amanhã ou depois, um filho pode ser preso, pode ser uma armação, pode ser uma acusação, e há necessidade de se ter ali um advogado para acompanhar o jovem, a jovem, acompanhar a psicóloga, imediatamente com uma viatura, ir buscar a família, ter uma sala preparada para a psicóloga conversar com a pessoa que foi presa.

Agora encaminho um projeto a esta Casa criando, o projeto é autorizatório. Estou autorizando o governo do Estado. Porque é uma promessa de campanha política e temos que exigir e cobrar como parlamentares eleitos pelo voto popular, estou propondo a contratação de psicólogas em todas as escolas do Paraná e assistente sociais também em todas as escolas do Paraná.

Por quê? Qual seria o trabalho de uma assistente social dentro de uma escola? Qual seria o trabalho da psicóloga dentro de uma escola? A minha iniciativa baseia-se nos problemas de evasão e repetência escolar, especialmente no Ensino Fundamental. O profissional especializado na área de assistência social ou na área da psicologia, vai ajudar a família e o estudante, fazendo com que haja interação entre a escola e a comunidade. Julgo isso um trabalho de cidadania e um trabalho de justiça social.

Por quê? Porque vai melhorar a qualidade de vida, diminuindo a violência e afastando as crianças não só da violência das drogas, mas afastando moças da prostituição mercantilista. Esse projeto que encaminho esta semana ou mais tardar semana que vem, é uma enorme contribuição, senhor presidente e senhores parlamentares, desta Casa de Leis. Vai trazer, senhores, uma contribuição essencial à população carente especialmente no que tange às oportunidades aos estudantes das escolas públicas. Há necessidade de acordarmos, que os projetos não só meus, mas de todos os senhores parlamentares que aqui tramitam, tenham, pelo menos, alguma coisa dos países desenvolvidos e que possamos aplicá-los aqui e que esse projeto vá de encontro não só ao estudante, mas também às famílias que têm filhos problemáticos dentro das escolas e de todas as idades.

Por isso conto com o apoio da presidência, conto com o apoio dos senhores deputados e tenho certeza já conversei com o governador Jaime Lerner que esse projeto virá em boa hora para que possamos gerar empregos para assistentes sociais e psicólogas que saem das universidades e estão desempregadas.

Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)**

No Grande Expediente, concedo a palavra ao deputado Algaci Tulio.

**O SR. ALGACI TULIO**

Venho a esta tribuna para dar satisfação a esta Casa do trabalho realizado pela CPI do Narcotráfico e do Crime Organizado, iniciado na segunda-feira, para dizer: (Lê):

“CPI do Narcotráfico  
Relatório de Viagem a Foz do Iguaçu

Na medida em que a CPI do Narcotráfico vai penetrando na teia do crime organizado, vai ficar mais claro o vínculo que há, entre a lavagem de dinheiro e o tráfico de drogas.

Assim, fica cada vez mais clara a necessidade de se investigar os bancos, em vista deste vínculo. O Brasil não é propriamente um paraíso fiscal, mas não deixa de ser quase isso, para quem quer limpar dinheiro sujo. Os atrativos para esta prática estão num forte sistema bancário, juros altos e moeda estável. Junte-se a isso, um vasto território, fronteiras vulneráveis, descontrole, e está formado o cenário perfeito para criminosos do mundo inteiro.

O dinheiro chega de qualquer lugar pelos portos e aeroportos, vai para um banco, se modifica em patrimônio e ganha ares de legalidade.

Isso foi o que constatou a CPI do Narcotráfico e do Crime Organizado, que esteve em Foz do Iguaçu e região realizando seus trabalhos durante toda a semana passada.

A soma de dinheiro e a quantidade de gente envolvida na lavagem de dinheiro descoberta por lá, sugere que gente gráuda do sistema financeiro nacional, além dos usuais laranjas estariam envolvidas com este crime. A CPI num exaustivo trabalho que veremos a seguir.”

De segunda-feira a quinta-feira pela manhã, uma sub-comissão formada pela deputada Serafina Carrilho, deputado Chico Noroeste e deputado Tiago Amorim Novaes, estiveram em Foz do Iguaçu, Guaíra, Medianeira, com uma equipe de apoio formada pela força-tarefa aqui da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, realizando diligências, ouvindo depoimentos e colhendo dados. E durante esse período ocorreu o recebimento de várias denúncias pela CPI que levaram à investigações.

Quinta-feira, pela manhã, os demais deputados componentes da CPI chegaram a Foz do Iguaçu: este que vos fala - presidente da CPI; deputado Ricardo Chab - relator; deputado Ricardo Maia; deputado Fernando Ribas Carli, acompanhados pelos promotores da promotoria de investigações criminais: doutor Vani Antônio Bueno e doutor Domingos Tadeu Ribeiro da Fonseca, e todo o complemento da equipe que dá sustentação a esta CPI.

Na tarde de quinta-feira ocorreu o deslocamento para o município de Medianeira, e a primeira ação da CPI foi o fechamento de três lojas de desmanches de veículos na cidade de Medianeira, o que culminou com a prisão de três empresários: Ivanir Antônio Marafon, Deonir Augusto Seganfredo e Everson de Bona.

Esse é o trabalho que realizamos já no início da tarde de quinta-feira que proporcionou, inclusive, com toda essa documentação, com provas de peças de veículos adulteradas o fechamento dessas três lojas, na cidade de Medianeira, já na quinta-feira, início de tarde.

Para estas e as demais ações, a CPI teve a colaboração da Polícia Militar, da Polícia Civil, nas pessoas dos delegados doutor Herculanio; doutor Luiz Gilmar da Silva - delegado regional, e doutor Cláudio Kikuchi. Logo em seguida, a CPI deu início à sua instalação oficial, no Fórum da cidade de Medianeira, com as presenças do

senhor prefeito municipal, Luis Susuki, do juiz do Fórum, doutor Enéas de Souza Ferreira, da juíza senhora Nilce Regina Lima. E, naquela tarde, ouvimos doze depoimentos, publicamente e em caráter reservado, com os trabalhos se prolongando por volta de 22 horas, com depoimentos que possibilitaram que a CPI continuasse fazendo as investigações necessárias ao combate ao crime organizado. Ouvimos principalmente mulheres, que estão presas, recolhidas à cadeia pública da cidade de Medianeira, que mais ao final vou fazer um relato da situação daquela cadeia.

Aquelas chamadas “mulheres mulas”, as mulheres utilizadas para o transporte do produto, ou drogas ou contrabando de armas ou outro tipo de contrabando. A maioria delas não são do Estado do Paraná. Muitas são do interior deste Brasil afora. Algumas em estado precário de saúde. Contraindo algumas doenças dentro da própria cadeia pública e vivem, na verdade, em condições desumanas. O que pudemos verificar na cidade de Medianeira.

Estas informações, por estas pessoas, possibilitaram que a CPI prosseguisse o seu trabalho de investigação. Tínhamos, inclusive, também, além das mulheres que foram ouvidas, ouvimos reservadamente um piloto preso pela Polícia Federal. Piloto este, vejam senhores deputados como está o crime organizado, como estão as drogas neste interior do Paraná. Segundo este piloto, ele já foi assessor do presidente do senado federal, já foi vereador, e ele, trinta e dois anos de profissão, com os vãos rasantes do avião em que pilotava, jogava botijões de leite. Só que dentro não tinha leite. Era coisa branca e era em pó. Era cocaína. Botijões com aproximadamente 50 quilos de cocaína eram jogados numa fazenda, para posteriormente pessoas ligadas ao narcotráfico apanharem este botijões, colocarem em veículos e se mandarem para fazer o comércio deste produto.

Este, então, foi um depoimento importante, que apanhamos reservadamente. Muito embora a dificuldade encontrada para arrancar deste piloto alguma informação mais importante. Dizia ele que a droga pertencia ao seu primo, Pedro Velásquez, residente na cidade de Pedro Juan Caballero, e que evidentemente não tinha mais outras informações para passar à CPI.

Na verdade, foi um trabalho bastante grande realizado no primeiro dia, que se estendeu até por volta de 22 horas, no Fórum da cidade de Medianeira.

Ainda na sequência, na sexta-feira, no segundo dia de trabalho, as atividades se iniciaram às 10h00 da manhã, com distribuição de tarefas para os senhores parlamentares. Eu, o deputado Fernando Ribas Carli, deputado Chico Noroeste, fomos à Polícia Federal de Foz do Iguaçu, onde num contato com superintendência da Polícia Federal colhemos informações que quando lá estivemos, com a Comissão Especial, na ocasião eu, o deputado Ângelo Vanhoni e me parece o deputado Tiago Amorim, lá estivemos na Superintendência da Polícia Federal e já tínhamos algumas informações a respeito da

lavagem do dinheiro. Naquela ocasião, de posse de um dossiê, preparado pelo procurador da Justiça, Celso Press (sic), com mais ou menos quatrocentos nomes, procuramos nos assenhorar daquele processo todo. E na quinta-feira pela manhã, recebemos da Superintendência da Polícia Federal, a informação que daqueles quatrocentos e tantos nomes resultaram numa abertura de duzentos e setenta e quatro inquéritos. Queria chamar a atenção dos senhores deputados para estes números: duzentos e setenta e quatro inquéritos policiais instaurados; quinze inquéritos policiais relatados; trinta e duas prisões em flagrante; cento e cinquenta e oito laudos periciais expedidos.

Agora, chamo a atenção para o seguinte: destes duzentos e setenta e quatro inquéritos policiais instaurados, onze mil e trezentas pessoas envolvidas.

Valor apreendido em reais: cinco bilhões, novecentos e cinquenta milhões, oitocentos e noventa e dois mil, quinhentos e vinte reais. Vejam o que foi apreendido em reais! Pessoas presas: trinta e seis. O valor total movimentado em reais: dez bilhões e quinhentos milhões de reais. Este é o dinheiro que sai deste País, a evasão de divisas, a chamada “lavagem de dinheiro” que vai para as contas CC5, a maioria delas sem provar a origem deste dinheiro, e certamente - e aqui é que a CPI trabalhou bastante - certamente estes valores aqui, esta lavagem de dinheiro, tem muito a ver com o problema do tráfico de drogas e do contrabando.

O deputado Fernando Ribas Carli, que foi quem comandou esta sub comissão na questão da lavagem de dinheiro, poderá, na seqüência, passar a esta Casa, detalhes maiores daquilo que acompanhamos, daquilo que vimos lá na Superintendência da Polícia Federal. Foram duzentos e setenta e quatro inquéritos; onze mil e trezentas pessoas envolvidas; cinco milhões novecentos e cinquenta mil em valores apreendidos, num total de dez bilhões e meio de dinheiro que sai pela fronteira do nosso País afora, sem qualquer fiscalização.

Concedo aparte ao deputado Fernando Ribas Carli, para que possa dar mais ênfase à nossa atuação em relação à lavagem de dinheiro.

### **O Sr. Fernando Ribas Carli**

Queria comunicar à Casa, que nos trabalhos que realizamos em Foz do Iguaçu, pudemos constatar, embora haja por parte dos órgãos competentes, como a Polícia Federal e a Receita Federal, estejam desenvolvendo um trabalho no sentido de elucidar o que aconteceu com dez bilhões e meio de reais, e na época a moeda nacional, o real, tinha uma equiparação ao dólar. Então, na verdade, forma dez bilhões e quinhentos milhões de dólares que saíram via Foz do Iguaçu.

E, antes de fazermos a viagem a Foz do Iguaçu, acompanhados pelos outros membros da comissão, estivemos em reuniões técnicas do Banco Central, que nos informaram coisas interessantes, que deveremos relatar e que a Polícia Federal nos confirmou em Brasília:

muitas vezes, cidadãos comuns, pequenos empresários, saem do Brasil e vão fazer suas compras com cheque pré-datado. Dão uma entrada e mais dois, três ou quatro cheques, que são entregues àqueles fornecedor. Este fornecedor certamente negocia estes cheques com alguma factory ou algum intermediário do sistema financeiro. Aí entram aquelas pessoas que querem lavar o seu dinheiro e pagam um ágio por estes cheques. Compram estes cheques, levam até o Paraguai - ou mais precisamente no “triângulo das Bermudas”, onde tudo pode acontecer - e lá estes cheques são depositados numa conta de um Banco que, por conseguinte tem outra conta num Banco do lado brasileiro, Banco do Estado, Banco do Brasil, ou outro Banco que é autorizado a ter a chamada conta CC5, que é uma conta de não residentes.

E o que acontece? Aquele cheque que foi fruto de uma transação comercial, São Paulo, Minas Gerais, Rio de Janeiro, acaba indo parar em Foz do Iguaçu, para ser lavado com dinheiro sujo.

Então, veja só como é intrincada esta operação, e comentávamos, presidente Algaci Tulio, presidente da nossa comissão, que deveremos voltar e permanecer mais tempo, não só em Foz do Iguaçu, como também em Brasília, porque a atuação da Polícia Federal, que tem delegado especial para trabalhar nestes casos, foi montada uma coordenadoria também lá em Brasília, para apurar esses mais de duzentos inquéritos, só na alçada de Foz do Iguaçu; temos Londrina, Maringá, que também tem a polícia e tem o juiz federal. Pedimos, e o presidente Algaci Tulio já está oficiando ao juiz federal responsável por estes inquéritos, para que nos sejam entregues estes documentos, porque a Polícia Federal - e ela está correta, não podemos querer que ela faça as coisas que não são legais, ela não pode passar toda esta documentação para a CPI porque todos estes processos correm em segredo de justiça.

Precisamos de uma ordem judicial para que estes documentos sejam liberados, para que a CPI possa se aprofundar, para que possamos fazer a checagem, se o dinheiro que saiu via uma conta CC5 de Foz do Iguaçu tem ligações com o dinheiro do desmanche de veículos, com o dinheiro do tráfico de entorpecentes, com o dinheiro do sequestro, com o dinheiro da corrupção.

Então, é um trabalho que, posso afiançar a todos os senhores, que irá demorar algum tempo, porque os encontros de contas, ou seja, ver o dinheiro que saiu, checar com o processo, são mais de duzentos processos, sem dúvida nenhuma não é uma coisa eu possa terminar rapidamente e tenho a convicção que toda a sociedade paranaense e a sociedade brasileira querem saber quem levou, a quem pertencem dez bilhões e meio de dólares.

Por isso, senhor presidente, quero aqui, mais uma vez, realçar e ressaltar o seu trabalho. Nós que estivemos juntos na quinta-feira lá em Medianeira, os outros deputados - Serafina Carrilho, Tiago Amorim que também estiveram lá em Medianeira durante toda a semana, deputado Chico Noroeste, e fizeram já um trabalho magnífico

que na quinta-feira frutificou com a apreensão e fechamento de um desmanche, mas um grande repositor, nobres deputados, um cidadão conceituado em Medianeira e que tinha uma oficina que recebia peças de desmanches de outras cidades, fazendo, vamos dizer, a lavagem das peças na sua oficina.

Então, quero aqui ressaltar o trabalho do presidente, dos demais membros que desenvolveram este trabalho lá em Foz do Iguaçu.

#### O SR. ALGACI TULIO

Muito obrigado, deputado Fernando Ribas Carli, e certamente pode ser que esses dez milhões também esteja alguma coisa relacionada a transação de jogadores de futebol, que é um assunto que o superintendente comentou com os parlamentares lá na Superintendência.

Mas, a CPI à tarde também voltou ao Fórum de Medianeira, onde realizou mais uma reunião com representantes da Ordem dos Advogados do Brasil, Seção Medianeira, para se tratar do assunto da cadeia pública da cidade de Medianeira.

Em seguida a CPI instalou seus trabalhos e na tarde foram ouvidos nove policiais rodoviários federais, pena que não está aqui o deputado Ricardo Chab, que é o relator da CPI, mas a ele foi reservado o trabalho realmente estafante nesta área, porque foram para sua pessoa que chegaram algumas denúncias referentes a policiais rodoviários. Cinco deles presos condenados, quatro ainda em momento de investigação, num total aproximado de vinte policiais rodoviários federais, que descobriu-se que cobram uma espécie de segundo pedágio. Há o pedágio da rodovia que se paga a concessionária e há o pedágio que se paga ao policial rodoviário. Não a todos, é evidente, temos muito respeito à Polícia Rodoviária Federal, à Polícia Rodoviária Estadual, mas, lamentavelmente, como em qualquer instituição, aparecem aqueles maus elementos que acabam se aproveitando da farda, se aproveitando do instrumento para realizar os seus trabalhos ilícitos. Mas foi um trabalho realmente importante que fizemos que foi até por volta de 21 horas, nesta ouvida de nove policiais rodoviários e mais duas pessoas que prestaram também depoimentos.

Em seguida a CPI também, no sábado pela manhã, realizou diversos contatos com as autoridades locais, regionais, dos vários setores da segurança pública a respeito da demora do início da reforma da cadeia pública da cidade de Foz do Iguaçu. Este foi um outro assunto também bastante cobrado pela população. Pena também que o deputado Chico Noroeste ainda não chegou porque queria dizer do trabalho importante que fez o deputado Chico Noroeste, que fez a deputada Serafina Carrilho, o deputado Tiago Amorim com o nosso pessoal da força tarefa. Chegaram segunda-feira, instalaram a CPI, fazendo todo trabalho de preparação, de levantamento, com deslocamentos para Guaíra, para Cruzeiro do Oeste, para Medianeira porque permaneciam ainda instalados

em Foz do Iguaçu. Foi este trabalho feito por estes três deputados que a CPI logrou o êxito que conseguiu no oeste do Paraná, trazendo à tona vários assuntos importantes como a lavagem do dinheiro, fechamento de desmanches, esta descoberta da quadrilha formada por alguns policiais rodoviários federais que estavam achacando, que estavam cobrando pedágio nas rodovias do Estado do Paraná.

Queria, antes de mais nada, conceder o aparte ao deputado Ricardo Maia que já me havia solicitado, Fernando Ribas Carli, entrou no momento que estava tratando de um assunto que ele tratou, lá em Foz do Iguaçu e dei preferência ao deputado Fernando Ribas Carli, mas tem o aparte agora o deputado Ricardo Maia.

#### O Sr. Ricardo Maia

Obrigado, deputado. Quero aproveitar a oportunidade para cumprimentá-lo como presidente da CPI porque é uma CPI problemática, a do narcotráfico. É difícil o combate dele, do mundo todo, nós temos visto, mas no Paraná Vossa Excelência bem como os demais deputados que fazem parte desta CPI têm se dedicado muito, têm trabalhado muito e temos conseguido, no nosso Estado do Paraná, trazer à tona esta situação difícil que é o combate ao narcotráfico no Paraná.

Ficou provado quando a CPI passou na cidade de Maringá, até então não existia nada, pensava-se que não existia, a CPI fez um grande trabalho, conseguiu o envolvimento, em Maringá, das autoridades constituídas, da Polícia Federal, a boa Polícia Militar, a boa Polícia Civil, a Igreja Católica de Maringá, com a presença do arcebispo, da dedicação dos padres e da ordem dos pastores também, da cidade de Maringá. E assim ocorreu também em Foz do Iguaçu e em Medianeira, nesta última semana. O bom da CPI é que ela vai para a cidade envolve todas as entidades representativas e traz à tona a importância tão grande que é a participação de todos. Tivemos este exemplo na última semana em Foz do Iguaçu. Então, quero cumprimentá-lo, bem como todos aqueles deputados que foram e participaram da CPI, principalmente aqueles que foram no começo da semana e fizeram um trabalho preliminar juntamente com a força tarefa.

Muito obrigado.

#### O SR. ALGACI TULIO

Muito obrigado, deputado Ricardo Maia.

Agora, todo este trabalho dos parlamentares não teria o resultado necessário se não fosse o trabalho de toda uma equipe de força tarefa composta pelo doutor Jefferson Abade, nosso advogado, incansável, Wilson Penka, secretário também incansável, tenente Julião Bayer, que comanda a força tarefa, o Airton Santin, taquígrafo aqui da Casa que realizou todo o trabalho de taquigrafia, formada ainda pela Sandra Zampieri, Everlei Terezinha Cleto, Cláudia Andréia de Azevedo, pelo George Alexandre Sotto Maior, pelo Sandro Luiz Gar-

rido, pelo Alan Marcos Andrade, todo este pessoal que deu a sustentação necessária para que esta CPI pudesse realmente realizar todo este trabalho importante, no oeste do Paraná.

Concedo o aparte inicialmente a deputada Serafina Carrilho e na sequência ao deputado Neivo Beraldin.

#### **A Sra. Serafina Carrilho**

Gostaria de parabenizar toda a equipe da CPI, nas pessoas que foram aqui da Assembléia, desde o doutor Jeferson, o Wilson, toda a equipe de taquigrafia, as meninas que nos acompanharam, e especialmente o trabalho feito lá em Foz do Iguaçu, junto com o deputado Chico Noroeste, que não mediu esforços para nos conduzir aos locais, e dizer o muito obrigado também aos delegados da Delegacia Federal da Polícia Civil de Foz do Iguaçu, na pessoa do doutor Gilmar que não mediu esforços para nos levar em todos os locais, trazendo as presas, as mulheres que estavam presas para serem ouvidas, e dizer ao povo do Paraná, que triste que é ver, ouvir aquelas mulheres atrás das grades sofrendo e os que devem ser condenados, estão fora gozando de alegria e de muita paz, e sendo que pessoas ali passando necessidade, dormindo numa cela que comporta quatro mulheres, tendo dezesseis e dezessete mulheres naquele submundo triste, e lá pudemos chorar juntos, né Wilson? O Wilson fez a parte quando o deputado Chico Noroeste foi para Guaíra, o Jeferson e o deputado Tiago, e nós ficamos, eu, o Wilson, o Airton e o nosso querido Esteves de Foz do Iguaçu, policial militar que nos acompanhou.

Tivemos momento ali que não aguentávamos, de chegar a correr lágrimas e ver o que os nossos irmãos estão atrás das grades como mulas, laranjas e o povo que deve estar fora, isto é muito triste.

Queremos agradecer a toda a equipe e em especial à imprensa que nos acompanhou.

Parabéns ao Algaci Túlio, chegando e vendo o nosso trabalho que foi programado para os desmanches em Medianeira, que foi uma coisa incrível, saber que as pessoas usam de má fé, extorquindo militares, como foi dito, os coitados que vão para Foz do Iguaçu a trabalho, os muambeiros, os famosos muambeiros, sofrendo ficam atrás das grades, sendo que os policiais militares extorquindo, pegando dinheiro isto é muito triste. Temos que ter novas medidas para que possamos ajudar essas pessoas que sofrem no submundo do crime organizado.

Parabéns ao Algaci Tulio, ao Ricardo Chab, enfim a toda equipe.

Muito obrigado.

#### **O SR. ALGACI TULIO**

Muito obrigado, deputada Serafina Carrilho, a Vossa Excelência os cumprimentos especiais pela sua dedicação, pela sua coragem também como mulher, de enfrentar situações realmente perigosas, como é só o fato de pertencer a este tipo de CPI já é um perigo, imagine a senhora encarando frente a frente, dentro da delegacia,

presos, presas, polícia, a coisa não é fácil, e a senhora demonstrou toda a sua coragem, a sua dedicação, o seu amor à profissão que exerce e correspondendo a expectativa do povo de Maringá, que a elegeu deputada para vir a este Plenário.

Parabéns, deputada Serafina Carrilho.

Quero também aproveitar para agradecer senhor presidente a acolhida que nos deu o deputado Irineu Colombo, deputado da cidade de Medianeira que desde o primeiro instante se colocou à disposição da CPI na sua cidade, isto também nos deixou bastante satisfeitos, porque pude também ver de perto que não é fácil fazer trabalho de uma CPI desta natureza, nem sempre existe a colaboração daqueles que poderiam colaborar e fornecer informações, e aí o político, o deputado acaba virando investigador, acaba saindo à cata de preso à cata de bandido, enfim atrás daquilo que não é, na verdade a sua profissão.

Concedo um aparte ao deputado Neivo Beraldin.

#### **O Sr. Beraldin**

Deputado Algaci Tulio, fico muito contente e satisfeito de ver o trabalho que a CPI está fazendo. Mais do que o trabalho que a CPI está fazendo, a importância que tem a Vossa Excelência subir a tribuna e relatar o trabalho para o conjunto da Assembléia Legislativa.

Recebemos estas informações com muita alegria, vemos um dinamismo bastante grande dos deputados que compõem a CPI e, ao mesmo tempo que cumprimento Vossa Excelência e os membros da CPI, faço também um alerta para que todas as CPI's instaladas na Casa, todos os presidentes e os relatores façam o mesmo que Vossa Excelência está fazendo, apresentando um relatório na Tribuna, mostrando de que forma a CPI está atuando. Qual é a meta da CPI, se ela será concluída, em 30 dias, 20 dias ou não vai ser concluída este ano.

Enfim, que todos aqueles que presidem essas Comissões na Assembléia Legislativa possam fazer o mesmo que Vossa Excelência está fazendo na Tribuna.

Muito obrigado.

#### **O SR. ALGACI TULIO**

Obrigado, deputado Beraldin.

Destacando também a atuação do deputado Luiz Carlos Alborghetti, muito embora não sendo membro desta CPI, mas co-integrante da Comissão de Segurança desta Casa, tem dado muitas informações, tem participado de muitas reuniões e passado a nós integrantes da CPI, informações importantíssimas que nos levam a várias ações, como por exemplo, além dos três desmanches fechados na cidade de Medianeira, também a apreensão de 118 quilos de maconha, na fronteira, na Ponte da Amizade, graças a uma informação passada pelo deputado Luiz Carlos Alborghetti, enquanto estávamos nós lá em Foz do Iguaçu, na última sexta-feira.

Então isso é importante. Essa droga que seria distribuída pelo Brasil, dois carregamentos, a maior parte 82

quilos estavam em um fundo falso de uma veículo conduzido por um paraguaio, Fernin Fernande Isasa e outros 32 quilos, que estavam com Maria Teresinha Kiavistosviski e Eli Roberto Carvalho.

Quer dizer, esse tipo de informações de colaboração extra, que muito embora não sendo membro da CPI, Vossa Excelência tem prestado uma extraordinária colaboração a esta Comissão.

Peço vênha ao presidente, para eu poder atender o deputado Alborghetti.

#### **O Sr. Luiz Carlos Alborghetti**

Só queria dizer aos senhores, que fui convocado, como vice-presidente da Comissão de Segurança para estar presente, ao lado do deputado Algaci Tulio e do deputado Chab.

Por problema outros, que não posso citar, não tive condições, mas o deputado Irineu Colombo que está aqui, que é a minha testemunha, me procurou na Mesa, falou:

- Alborghetti, você vai?
- Não, eu não posso ir.
- Então, eu estou indo.

Imediatamente conversamos, já orientei ele, Fiquei até feliz de ver o deputado Colombo e noticiei o trabalho dele na CPI.

Mas queria dizer ao deputado Beraldin, que não é fácil presidir uma CPI. Qualquer que seja a CPI nesta Casa, não é fácil senhor presidente, Vossa Excelência sabe disso, não é fácil.

São ameaças, deputado Algaci, deputado Chab, eu que sou da Comissão da Segurança, que às vezes participo das reuniões, realmente é algo apavorante.

Como disse a deputada Serafina Carrilho agora, aquelas mulheres detidas que são verdadeiras mulas, traficando drogas, a mando dos poderosos chefões da gravata.

Realmente, quero parabenizar Vossa Excelência, o relator dessa Comissão deputado Chab e todos os integrantes, também o trabalho do deputado Fernando R. Carli, que está por dentro dessa operação da lavagem do dinheiro, do narcotráfico, o deputado Ricardo Maia, todos enfim que participaram.

Foi até bom que a deputada Serafina estivesse presente que eu falei da presença dela no meu programa de televisão, para ela sentir o drama das mulheres que estão detidas, presas não só no Paraná, mas na totalidade do Brasil, são verdadeiras mulas.

Na semana passada foi presa uma jovem, no aeroporto internacional do Rio de Janeiro, coitada, uma menina universitária, foi presa, assisti na Rede Globo, na SBT, na TV Educativa, na CNT e vi a menina, por causa de 3 mil reais, ser detida com 20 quilos de cocaína embrulhada no seu corpo. Então este é o trabalho do parlamento. É certo o que o deputado Algaci diz: o deputado não está aqui para prender ninguém, para levantar falso testemunho. O trabalho desta CPI está sendo tão decente que tudo é ouvido reservadamente para depois ser levado

a público. O que interessa é a verdade. Por isso parabênizo o trabalho do deputado Algaci Tulio.

Meus parabéns.

#### **O SR. ALGACI TULIO**

O trabalho é de toda uma equipe, deputado Alborghetti. Senhor presidente, destacando que na segunda-feira, ainda, aqui na Fazenda Rio Grande, na Região Metropolitana - através das informações que vieram para a CPI e de investigação feita pela Força Tarefa, foi possível o fechamento também de um desmanche no Jardim Gralha Azul, na Fazenda Rio Grande.

Era o que queria passar a esta Casa para que não ficasse apenas só o que saiu na imprensa, mas com mais detalhes o trabalho realizado por esta Comissão, Muito obrigado a cada um dos senhores parlamentares, a todos os assessores da nossa CPI. E convocamos para amanhã - às 16 horas, no Plenarinho, mais uma sessão pública da CPI do Crime Organizado e do Narcotráfico.

Muito obrigado.

#### **O SR. EDNO GUIMARÃES (Questão de Ordem)**

Só para registrar a presença de companheiros nossos: doutor Renato - Prefeito eleito de Araruna, o vice-prefeito Pedro Javasque, do vereador Almir Roberto. Está presente também o vereador de Cianorte Bonjourno e também o presidente do PMDB, que é meu irmão - Jonas Guimarães.

#### **O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)**

Sejam bem vindos à Casa. Com a palavra o deputado Ângelo Vanhoni.

#### **O SR. ÂNGELO VANHONI**

Senhor presidente, senhores deputados.

Quero noticiar um fato desagradável e muito triste que aconteceu hoje, aqui na região metropolitana da nossa cidade. A agência do Banco do Estado da Fazenda Rio Grande foi assaltada por uma quadrilha de ladrões. E um dos policiais que se dirigiu para atender o chamado, acabou recebendo uma rajada de metralhadora e, pelas informações que tenho até agora, acabou falecendo. É um policial civil da Polícia Civil do Estado do Paraná.

Esse é um risco que todo policial tem em função da profissão que tem, de defender o patrimônio público, de garantir a segurança da sociedade. Mas o que me chama a atenção é de que o cerco aos ladrões foi feito. E, infelizmente, não sei por que, o governo do Estado com o dinheiro da taxa cobrada exatamente para garantir a segurança pública no Estado, me parece que comprou dois helicópteros para estarem à disposição tanto da Polícia Militar, quanto do Corpo de Bombeiros, quanto da Polícia Civil. E até uma hora da tarde o helicóptero não foi encontrado. O helicóptero do governo do Estado destinado e comprado exatamente para este fim. A policial civil do Estado do Paraná segundo informações que



tenho, teve que alugar um helicóptero particular, privado para tentar fazer o bloqueio aos assaltantes.

Informações são várias porque ainda continuam as buscas. Um ônibus do Positivo com crianças, tinha sido sequestrado com os assaltantes. Vários carros utilizados na fuga pelos assaltantes. E nenhum helicóptero sendo que o governo do Estado comprou 2 através do dinheiro do Funtespol, para promover a segurança pública dos paranaenses pôde ser utilizado até agora. Que sirva isso de lição, que nunca mais aconteça isso. Amanhã estou entrando com um requerimento e com um projeto de que os helicópteros que estão à disposição do governador do Estado do Paraná, não sabemos qual é o plano de vôo, não sabemos onde são utilizados, que esses helicópteros, se tem um ou tem dois, que um que fique à disposição da Polícia Civil do Estado do Paraná, e que o outro fique à disposição da Polícia Militar sediado no quartel general da Polícia Militar. Que quando um bombeiro precisar de um helicóptero, que se tenha o helicóptero para fazer o salvamento. Que quando a Polícia Militar precisar de um helicóptero, que chame o helicóptero para fazer o serviço necessário para garantir a segurança tanto dos nossos policiais quanto da população. E que se o governador do Estado precisa de um helicóptero para fazer deslocamento, para fazer vôos, enfim, para qualquer necessidade do governo do Estado, que o governo do Estado, que custa 1 milhão e meio, dois milhões de reais, 03 milhões de reais, seja o valor que seja, que o governador do Estado compre, mande uma mensagem para a Assembleia Legislativa, coloque no Orçamento a verba e que compre o helicóptero, que fique à disposição da Casa Civil e da Casa Militar no Palácio Iguaçu. Mas que use helicópteros comprados com o dinheiro para que, exatamente, garantir a segurança do povo paranaense, fique à disposição da Polícia Civil.

Não adianta comprar motonetas, não adianta comprar, sabe fazer o totem. A Polícia Militar e a Polícia Civil precisam ser reequipadas. E não dá para entender: dois helicópteros à disposição do Palácio Iguaçu e nenhum helicóptero, foi na Fazenda Rio Grande, aqui do lado. Um helicóptero já poderia ter conseguido com que esses assaltantes, esses criminosos estivessem agora atrás das grades. Uma vida, de um policial, que nós sabemos, um tiro de metralhadora, já não existe mais. Então, é desta forma que vamos tratar a segurança pública? Por isso, eu presto, solicito, principalmente dos deputados que têm envolvimento com essa área, sabem da necessidade disso, sabem profundamente. Não vi até hoje, os relatos são muito pequenos, a Polícia Militar não tem o controle dessas aeronaves quando necessita, eu assisto pela televisão os jornais de São Paulo, não é apenas a Polícia Militar e a Polícia Civil que tem helicóptero numa cidade como São Paulo, ou como Belo Horizonte, as equipes de televisão, que fazem a cobertura jornalística, têm helicóptero.

Não é possível o governo do Estado do Paraná ter dois helicópteros e não sabemos a que servem esse dois

helicópteros do governo do Estado, que foram comprados com o objetivo e com o dinheiro do Funrespol.

Concedo um aparte ao deputado Luiz Carlos Alborghetti.

### **O Sr. Luiz Carlos Alborghetti**

Deputado Vanhoni, o que estranhei nesse assalto, a minha equipe esteve no local acompanhado, é que os bandidos estavam armados com metralhadoras importadas! E a nossa polícia com um revólver calibre 38. O que me dói na alma! Os bandidos mais bem armados do que a nossa própria polícia. Isso me dói!

Então, esta na hora de fazer uma reflexão, concordo com Vossa Excelência e que esse dinheiro que veio do Ministro José Gregório, que sirva também para armar melhor a polícia, porque os bandidos estão mais bem armados do que a nossa polícia. E a nossa polícia tem que estar mais bem armada do que os bandidos. Meus parabéns, muito obrigado!

### **O Sr. Cezar Silvestri**

Deputado Vanhoni, quero me somar ao seu pronunciamento e até informar a esta Casa e ter certeza que, talvez, Vossa Excelência recorde que apresentei, inclusive, uma proposta nesse sentido ao governador Jaime Lerner, e ao ex-secretário de Segurança Cândido Martins de Oliveira, e tive a preocupação, a proposta de que o governo adquirisse helicópteros para auxiliar a Polícia Civil e a Polícia Militar no seu trabalho. E naquela ocasião tive o trabalho de conseguir junto a uma das empresas que fornece esse equipamento, que chamado vulgarmente por nós de esquilo, aquele pequeno helicóptero para duas pessoas que é utilizado pela Polícia Norte Americana e em vários países de Europa. E para que o senhor tenha uma idéia: um equipamento que custa em torno de 160 a 180 mil dólares. Um equipamento extremamente barato pela utilidade que traz, e pela agilidade que traz a Polícia Civil e à Polícia Militar.

Essa sugestão já enviei ao governador, por escrito, e ao ex-secretário de Segurança. E acredito que se nós nos empenharmos, sugerindo e aproveitando o seu pronunciamento, acho que as Polícias Civil e Militar não devem perder esta oportunidade de equipar de forma condigna as Polícias Civil e Militar.

### **O SR. ÂNGELO VANHONI**

Só digo que acho que este fato, senhor presidente, só para concluir, me parece que a Assembleia precisa fazer uma reflexão em conjunto do problema da área de segurança. Não se trata de apenas vir fazer a crítica. O problema da área da segurança é um problema partidário. Todos nós queremos que a sociedade paranaense fique protegida em relação aos problemas do crime. Seja ele em qualquer natureza. Acho que é procedente que a Assembleia faça uma reflexão sobre as necessidades de homens na Polícia Militar, sobre as necessidades de reequipamento da Polícia Militar, de

reequipamento da Polícia Civil e de a gente, enquanto corpo legislativo, possamos em conjunto fazermos estes pleitos junto ao governo do Estado.

E agora é o momento adequado, porque agora é a hora da discussão do orçamento do Estado do Paraná. Parece-me que muita coisa veio à tona, nestes últimos anos, dos problemas da área de segurança. E está aí o relato do deputado Algaci Tulio, na sessão de hoje, a respeito do crime organizado, os problemas na área de fronteira. Mas, me parece que estão vindo à luz uma série de problemas e as ações concretas para dirimir, para diminuir os problemas que as sociedade Curitiba e paranaense enfrentam na área de segurança, não estão sendo tomadas, as iniciativas neste sentido.

Então, acho que a Assembléia precisa abrir um debate mais amplo para dizer o seguinte: “olha, precisa fazer isto, precisa fazer aquilo”. Precisa chamar as corporações, o comando da Polícia Militar, o comando da Polícia Civil, o secretário de Segurança e abrir esta discussão de forma mais tranqüila, sem a necessidade de crítica em relação à postura do governo ou demandas da Oposição. Mas, que possamos fazer uma reflexão e dizermos: Para a área de segurança no Estado do Paraná, se não tomarmos tais, tais e tais medidas nos próximos anos, nos próximos meses, a situação ficará insuportável.”

E, pelo que me parece, é o que está acontecendo, infelizmente, na Grande Curitiba e no resto do Paraná. Não sabia que o preço do helicóptero, deste “esquilo” (sic) que corretamente é muito utilizado lá na Califórnia, o mais rico Estado norte americano, não sabia que o preço é tão condizente com a nossa realidade. Tenho, na minha cabeça, os números de 1 milhão de dólares, que foram os helicópteros comprados desta empresa, a Abel (sic), que são os que servem o governo do Estado. Mas, se tem aeronaves que podem ajudar no patrulhamento, na vigilância, na captura e no salvamento de pessoas, sejam vítimas de assalto, vítimas de acidente, tanto para o nosso serviço de Corpo de Bombeiros quanto no trabalho de policiamento de Curitiba e região metropolitana e do interior, acho que não há dúvidas de que devemos pressionar o governo para que tome medidas neste sentido.

Darei um aparte ao deputado Caíto Quintana, na sequência ao deputado Belinati e em seguida o deputado Algaci Tulio.

#### **O Sr. Caíto Quintana**

Ouçõ apartes dizendo que precisamos equipar a Polícia. Precisamos equipar com armamentos, com chamamento de pessoal e tudo. Mas, chamo a atenção a uma coisa, deputado: o governo do Estado do paraná possui dois helicópteros “Bel” (sic), que reporto-me à época, era o helicóptero que melhor se apresentava, exatamente para serviço de patrulhamento. Não era helicóptero do tipo “esquilo” (sic), que Vossa Excelência está falando, que é o helicóptero de transporte, menor.

Mas, não é esta a discussão. Tem dois helicópteros. Tem um “Station” (sic), tem um “Kinder” (sic), tem dois

aviões pequenos, “sêneca” (sic), e tem dois helicópteros. E não utiliza nenhum destes aviões. Prefere alugar da iniciativa privada, pagando preços exorbitantes. E a Polícia não sabe nem aonde estão os helicópteros. O que Vossa Excelência está falando, agora, nesta emergência, já aconteceu em outras. Porque os helicópteros não estão em viagem, não estão prestando outros serviços, não é que tenha que buscar um terceiro porque os dois estão trabalhando. Não. Os helicópteros estão encostados enquanto a nossa Segurança Pública passa por esta calamidade que Vossa Excelência está dizendo.

Então, acho que é uma questão de disciplina, de colocarmos, efetivamente, aquilo que é de Segurança a seu dispor, para que possamos fazer frente a estas barbaridades. Fico imaginando o trauma no Paraná se um assaltante que chega na Fazenda do Rio Grande acaba metralhando um cidadão que vai em defesa da instituição bancária. Outros tantos tiveram que se jogar debaixo de mesas. E mais, com relação e este ônibus do Positivo, se isto se confirmar como verdadeiro, que se tenha a proteção de crianças para marginais fugirem enquanto não temos nenhum recurso para correr atrás.

Acho isso terrível e tem que haver uma reflexão sobre isso.

#### **O Sr. Antônio Carlos Belinati**

Quero primeiramente lamentar este episódio que Vossa Excelência relata e lamentar mais ainda quando o deputado Luiz Carlos Alborghetti relata a disparidade que há na relação entre armamento e equipamento da polícia e dos bandidos. Hoje os deputados que atuam na área de segurança pública sabem que já não é mais novidade o fato de que os bandidos, quando de posse dos seus equipamentos, acabam tendo uma diferença muito grande de maquinário com relação à Polícia.

E é por isso que quero conclamar esta Casa, pedir ao senhor presidente, que coloque o nosso projeto em votação. É um projeto que trata dos carros da Polícia Militar. Há tempos atrás pedimos informações à Secretaria de Segurança Pública para que ela pudesse fornecer o número de carros blindados que a Polícia Militar e a Polícia Civil possuem no Estado do Paraná.

Infelizmente estes números não foram apresentados, então acredito que a Polícia sequer tem um carro blindado para que possa ser combatida a violência e possa proteger a vida dos policiais que estão colocando sua vida em risco para proteger a população.

É neste sentido que faço este apelo, para que possamos voltar a discutir este projeto e que, eventualmente com a colaboração também dos deputados da Situação e da Oposição, porque não se trata aqui de uma discussão partidária mas sim da segurança pública do Estado do Paraná.

Muito obrigado.

#### **O Sr. Algaci Tulio**

Gostaria também de lamentar profundamente que o investigador Ângelo José Ferreira Chaves Neto, jovem ainda na sua carreira e na sua idade, tenha sido a vítima da violência que aconteceu nesta manhã na Fazenda Rio Grande. Também lamento o fato ocorrido na Casa Lotérica, no sábado, quando todos queriam fazer a sua fé na MegaSena, também uma senhora acabou sendo vítima da violência por parte dos bandidos.

Muito obrigado!

#### O SR. ÂNGELO VANHONI

Para concluir, a minha opinião é de que os dois helicópteros devem ser transferidos imediatamente, um para a Polícia Militar e um para a Polícia Civil. E, é com este objetivo que estamos apresentando um projeto amanhã, para garantir que a segurança pública do Estado do Paraná-, sem que haja nenhum recurso dispendido pelo governo, pelos menos melhor. Que os helicópteros sejam transferidos para o Comando da Polícia Militar e para a direção da Polícia Civil do Paraná.

Com isso estaremos melhorando a segurança na nossa cidade e na região metropolitana!

#### O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Esta presidência anuncia a presença do prefeito eleito Nelson Micheletti e do vice-prefeito Luiz Carlos Bracarense.

Ainda no Horário das Lideranças, com a palavra o PSL deputado Geraldo Cartário.

#### O SR. GERALDO CARTÁRIO

Senhor presidente, senhores deputados!

O deputado Ângelo Vanhoni, com muita presteza e propriedade, relatou o acontecimento lamentável que aconteceu na nossa cidade de Fazenda Rio Grande. Município que represento nesta Casa e ainda na condição de vice-presidente.

Quando às dez e pouco da manhã, os assaltantes entraram na agência e imediatamente foi acionada a Polícia Civil, a delegacia local e em questão de minutos se fazia presente a Polícia Civil e aqui quero destacar a participação precisa da Polícia Militar que chegou praticamente junto. Se a Polícia Militar não chega junto com a Polícia Civil, os policiais militares, segundo o delegado me relatava, seriam mortos naquele momento porque a Polícia Civil de Fazenda Rio Grande tem apenas um delegado bacharel, delegado competente e através de insistência e aqui quero cumprimentar o secretário de Segurança, Tavares, ele encaminhou para a delegacia da Fazenda Rio Grande um investigador policial profissional, competente que era o Ângelo, que saiu de Curitiba e foi trabalhar na delegacia de Fazenda Rio Grande, visto que as delegacias na sua maioria não têm policiais da Polícia Civil. São pessoas da prefeitura colocadas à disposição das delegacias.

Aí está o problema que tem que ser resolvido. E certamente que o secretário de Segurança, aproveitando

este último concurso que houve, haverá de colocar nas delegacias o pessoal preparado, profissional. Hoje uma delegacia da Fazenda Rio Grande, onde tem 70 mil habitantes, o município que mais cresce no Paraná e no Brasil nos últimos quinze anos tem apenas o delegado que não é delegado de carreira, mas sim o delegado preparado, é bacharel, é escrivão e há pouco tempo recebeu então este profissional, o Ângelo, que foi assassinado hoje. Eu me esforcei para que a delegacia tivesse este profissional e hoje quando acontece este fato eu me sinto realmente, não vou dizer culpado, mas me sinto transtornado pelo que aconteceu na segurança do Paraná, visto que foi um apelo dramático que fizemos, que o secretário de Segurança entendeu, e aqui está o Trentini, que é da Secretaria de Segurança, sabe disto, e através do nosso apelo, do nosso esforço para que a delegacia fosse equipada com profissionais, hoje a família desse profissional está chorando, porque a delegacia se tivesse mais estrutura como os bandidos têm, se tivesse armas adequadas como os bandidos mostraram hoje, certamente que esse policial poderia não ter sido morto, mas pela falta de pessoal dentro da delegacia vem acontecendo isto.

Para uma classe policial que a maioria não tem carro quando sai do serviço, fica na fila de ônibus, a maior parte dos policiais não tem casa, não tem moradia própria, vivem em alguns locais aonde os bandidos convivem, porque o funcionário público, policial civil militar, é tratado de uma forma desumana pelo poder público deste Estado e dos Estados do Brasil como um todo, porque não é só no Paraná que acontece, é em todos os Estados.

Por isso que hoje me associo quando o deputado Vanhoni faz um apelo para que os helicópteros fiquem constantemente à disposição da segurança do povo.

No entanto recebi agora há pouco um telefonema do delegado José Carlos, pois o delegado José Carlos de Fazenda Rio Grande é precisamente o tio do policial que foi morto. Vejam o estado do delegado de Fazenda Rio Grande. O seu sobrinho, que ele conseguiu levar para a Fazenda Rio Grande, ganhando um salário de miséria, sem casa, sem moradia, sem direito a transporte, ele está precisamente agora tentando liberar o corpo, pois nem isto o Estado tem estrutura para socorrer a família nos momentos como este. Ele está precisamente agora tentando liberar o corpo. O corpo deverá chegar daqui a duas, três horas no cemitério da Água Verde e será enterado no cemitério do Boqueirão.

Companheiros, a Fazenda Rio Grande tem o Banco do Estado hoje Banco Itaú - por cinco ocasiões a polícia foi acionada porque estava sendo assaltada aquela agência. É um município da região metropolitana, pois os bandidos aprontam na grande cidade e se escondem ou aprontam, de repente, aonde? Nas cidades vizinhas de Curitiba, nas cidades da região metropolitana. E não existe, por parte do governo, qualquer atendimento especial para municípios, como esse, da região metropolitana.

Companheiros, lamento e certamente que todos lamentamos! O deputado Hermas recebia também um telefonema, da Fazenda Rio grande, porque meia hora se passou, mais de meia hora e tiros eram trocados. Os bandidos com escopetas, com metralhadoras e os policiais militares e civis, com apenas revólveres. Durante meia hora os comerciantes, dentro do fórum da Fazenda Rio Grande, dentro de todo o comércio o povo deitou dentro dos estabelecimentos comerciais e dentro do fórum, pois as balas poderiam atingir outras pessoas que se encontravam na região. Certamente que a morte desse policial civil somando-se a tantas outras mortes que acontecem haverá de trazer uma reflexão ao governo do Estado, uma reflexão ao Secretário de Segurança, uma reflexão aos companheiros, deputados, para que não aconteça o que aconteceu hoje, na Fazenda Rio grande.

Encaminho, senhor presidente, e espero que a Assembléia aprove, voto de pesar à família Ferreira Chaves pelo falecimento na manhã desta 2ª feira, do policial civil Ângelo José Ferreira Chaves Neto, quando, no exercício da sua profissão foi covardemente assassinado por ladrões que, armados de fuzis e metralhadoras assaltaram a agência da Banestado, na Fazenda Rio grande.

Senhor presidente, a justificativa: a fazenda Rio Grande está vivendo nos últimos tempos, uma terrível onda de violência. O Banco do Estado do Paraná, naquela cidade, já foi assaltado por 5 vezes, este ano. E agora assistimos a este triste desfecho com a morte de um policial civil, Ângelo José que é sobrinho do delegado da Fazenda Rio grande, o delegado doutor José Carlos de Oliveira, tinha 42 anos, pai de três filhos. O que é pior nisso tudo é a falta de equipamentos, armas e aparelhamento da polícia. enquanto os marginais estão com fuzis e metralhadoras, nossa polícia, valentemente, trabalha com os velhos revólveres calibre 38 e muitas vezes com viaturas sucateadas.

Vale lembrar que mais duas pessoas ficaram feridas, durante o assalto, um policial civil e um cliente do banco.

Senhor presidente, lamentavelmente que o policial ferido, que não faleceu é um policial da Prefeitura da Fazenda Rio Grande, é um funcionário. Se ele falecesse a família sequer tinha o direito de receber uma pensão, pois ele não é profissional do ramo do policiamento, simplesmente ele está ali porque o prefeito se vê na obrigação de não deixar a delegacia sem efetivo.

Era isso que nós queríamos transmitir, este lamentável acidente na minha cidade, a cidade de Fazenda Rio grande.

#### O SR. CAÍTO QUINTANA (Pela Ordem)

Senhor presidente, apenas para registrar a presença do prefeito eleito de Ampére, Roberto Detoni, do vice-prefeito, Nereu Perordi, vereador Celso Sagiorato e sua comitiva, com o Ari, o Gelson, o Valdecir e o Gilberto. É

uma satisfação para nós um prefeito do nosso querido sudoeste do Paraná.

#### O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Sejam bem-vindos à nossa Casa.

No Horário da Liderança da Oposição com a palavra o deputado Orlando Pessuti.

#### O SR. ORLANDO PESSUTI

Senhor presidente, senhores deputados.

Inicialmente quero também aqui registrar um ocorrido no dia de ontem, e que sensibilizou a todos nós, não só os deputados da Oposição, mas tenho certeza a todos os parlamentares e funcionários desta Casa, que foi o falecimento do ex-secretário da Saúde do Paraná, Mauro Goulart, amigo de muitos que aqui estão, foi inicialmente diretor geral daquela secretaria e um profissional da área médica que desempenhou realmente um brilhante papel na cidade de Curitiba, e como secretário foi uma pessoa que sempre esteve atenta às reivindicações desta Casa, e que procurou fazer a sua parte enquanto “um servidor público do Estado do Paraná”.

Que se registre portanto também um pesar de toda esta Assembléia, pelo falecimento no dia de ontem, sepultamento hoje às 11 horas da manhã, do ex-secretário de Saúde, Mauro Goulart.

A nossa presença à tribuna, senhor presidente na tarde de hoje, é para mais uma vez constatarmos que rugiu sim a montanha, o barulho foi grande, esperávamos um tufão, um furacão, uma tempestade, mas apenas um ratinho, um camundonguinho foi parido pelo rugir da montanha.

Alardeado durante quase 10 dias por toda a imprensa paranaense aqui mesmo neste Plenário, a reforma do secretariado do governo Jaime Lerner, não passou do rugir de uma montanha ao partir um pequeno camundongo.

Causa a nós realmente uma tristeza muito grande, e tenho certeza que neste momento nem falo exclusivamente como líder da Oposição, mas tenho certeza que reflito o pensamento desta Casa, porque tenho conversado com parlamentares no dia a dia, foi mais uma vez uma infeliz demonstração do governo do Estado de desconsideração à Assembléia Legislativa do Paraná. Envolveu companheiros nossos, se reuniu com companheiros nossos, anunciava-se uma reforma que viesse atender aos anseios da base, que viesse atender aos reclamos das urnas, que tinham entendido o recado deixado pelos eleitores por ocasião da eleição de 1º de outubro e de 29 de outubro, mas o que se viu, nada mais foi do que uma movimentação toda ela orquestrada para apenas e tão somente retirar de circulação o secretário da Fazenda, Giovanni Gionédís.

Isto demonstra mais uma vez a fraqueza deste governo. Demonstra mais uma vez a insensibilidade e a desconsideração para com a Assembléia Legislativa, onde o governo tem sim nesta Casa, dentro do seu bloco

de apoio, 40 parlamentares, e numa hora desta quando se faz uma reformulação, se espera que o governo faça uma reformulação atendendo aos anseios políticos da sua base e que chame pelo menos um ou dois parlamentares para dar um aspecto mais político à sua equipe, um aspecto mais dinâmico na ação governamental e nada disso aconteceu.

Falo isso como parlamentar sim desta Casa porque aqui estou há 17 anos, e em muitas oportunidades pude observar que governadores chamaram para constituir a sua equipe, não apenas um parlamentar, mas 2, 3, 4, 5 parlamentares até de uma vez, como foi o caso do ex-governador Requião que num determinado momento da sua administração convocou desta Casa, 5 companheiros aliados seus para ajudá-lo na missão de administrar, de governar e de impor uma linha de ação política na sua administração. Fica esse registro: rugiu, sim a montanha, mas o que se viu foi apenas um camundongozinho, um ratinho saindo deste parto da montanha que demorou mais de uma semana, alardeado aos 4 ventos.

A tudo que foi dito hoje e o que já foi dito anteriormente em outras oportunidades, quero dizer que realmente falta a este governo sensibilidade em alguns setores. Se teve o governo, no início, com o deputado Hermas e agora com o secretário Poloni, teve ele - sim, sensibilidade para cuidar dessa questão da febre aftosa. Faltou, nesse segmento, uma série de ações em favor do homem do campo, em favor do financiamento, em favor do programa de semente, em favor do cumprimento do projeto do calcáreo - do nosso companheiro Augustinho Zucchi, que neste ano não teve o calcáreo distribuído aos produtores. Faltou ação política, altouou ação do governo em muitas coisas. E hoje estamos vendo na manifestação do deputado Cartário e de muitos outros, a falta de sensibilidade do governo para o setor de segurança pública.

O deputado Vanhoni mencionava a aquisição de um helicóptero esquilo que poderia acontecer por qualquer coisa ao redor de 1 milhão de reais, 2 milhões. O deputado Caíto disse que os helicópteros Bel poderiam custar um pouco mais. Mas nunca mais do que, quem sabe - 2 milhões. O deputado Caíto disse que os helicópteros Bel poderiam custar um pouco mais. Mas nunca mais do que, quem sabe - 2 milhões, não sei se de real ou de dólar.

Senhores deputados, daquilo que se gastou ao longo desse tempo com publicidade, hoje as cifras já beirando a casa dos 600 milhões segundo as informações que temos. Qualquer coisa ao redor de 100 milhões por ano em publicidade, Imaginemos que um helicóptero desse custe 2 milhões. Dava para comprar 50 helicóptero por ano e fazer a maior publicidade que o governo poderia ter em favor da Segurança Pública, da sua gente e dos seus próprios, inclusive.

Aquilo que se gastou, por exemplo, nos Jogos Mundiais da natureza, que é objetivo inclusive de um requerimento nosso na tarde de hoje, fala-se que se gastou ao redor de 80, 100 milhões para os Jogos Mundiais

da Natureza. Que propaganda maravilhosa teria o governo se tivesse adquirido com esses 80 milhões, armas de grosso calibre, pesadas armas para municar, estruturar a nossa Polícia Civil e a nossa Polícia Militar no enfrentamento com os marginais que estão assassinando as pessoas, como assassinaram aquela senhora da lotérica ali no Bairro do Portão, como assassinaram esse policial civil.

São essas coisas que nos dão motivo para nos indignarmos aqui, nesta Casa. Coisas como aquela anunciada na semana passada pelo deputado Nereu Moura, dos altos salários e das altas gratificações, das licitações que foram homologadas pela diretoria e pelo Conselho da Sanepar. Licitações que tiveram dispensa, ou melhor, contratos realizados pela Sanepar que tiveram dispensa de licitação e também estamos apresentando requerimento para saber quais foram essas obras contratadas, sem a exigibilidade e sem a licitação.

São essas coisas, senhor presidente, que nos causam indignação. Principalmente e falo isso, como presidente dos legislativos deste Brasil na presidência da Unale. Estivemos, ainda na 5ª e 6ª feira participando de uma reunião em Fortaleza, com 17 Estados presentes, e todos eles gritando pelo respeito, pelo fortalecimento do Legislativo. Pelo cumprimento das leis, em especial a Lei de Responsabilidade Fiscal e as Leis dos Crimes Fiscais que estão aí, em modo e em vigor neste momento.

Precisamos levantar a nossa voz de respeito a este Parlamento, de consideração aos parlamentares que atuam nesta Casa de Leis. Porque um governo que faz todo um barulho desse para reformar um secretariado e depois a reforma não acontece e ainda aquelas que acontecem não contemplam nenhum parlamentar desta Casa. É, realmente, de se levantar a voz para dizer de que temos de gritar cada vez mais forte, para que este Legislativo seja respeitado e quer os parlamentares desta Casa, tenham o seu valor político administrativo e de companheiro, respeitado por quem governa o Estado, o recado das urnas foi dado, anunciou-se que iria se respeitar a vontade das urnas, “mas aquilo que foi parido pela montanha não passou de um pequeno camundongo”.

**O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)**

Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

### **ORDEM DO DIA,**

com a presença de 54 senhores deputados.

Antes de falarmos dos projetos que necessitam de apoio esta presidência quer novamente ratificar o convite feito pelo presidente da Comissão de Orçamento, deputado Cezar Silvestri, que tão logo termine a sessão, haverá uma reunião com todos os deputados, na biblioteca da Casa, aonde será permitido apenas a presença dos deputados e não dos assessores, exatamente para que se discuta questões pertinentes ao orçamento.

Portanto, tão logo termine a sessão, a convite do presidente da Comissão do Orçamento haverá uma reunião com todos os deputados na biblioteca.

Sobre a mesa, projeto de lei de autoria do senhor deputado Nelson Garcia, devidamente apoiado, constante do expediente. **À Diretoria Legislativa.**

Projetos de lei em nº de 04 (quatro) de autoria do senhor deputado Hidekazu Takayama, constantes do expediente. Necessitam de apoio. **Apoiados.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do senhor deputado Luiz Accorsi, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do senhor deputado Pastor Edson Praczyk, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos senhores deputados.

## ITEM 01

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 174/00, de autoria do deputado Nelson Justus, que dispõe sobre a distribuição e a destinação de medicamentos cujos prazos de validade expirem em poder das farmácias e dos distribuidores de medicamentos. **Aprovado.**

REDAÇÃO FINAL  
PROJETO DE LEI Nº 174/00  
A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

## D E C R E T A :

Art. 1º - É de responsabilidade das indústrias farmacêuticas e das empresas de distribuição de medicamentos dar distinção final e adequada aos produtos que estiverem sendo comercializados na rede de farmácia no Estado do Paraná, que estejam com seus prazos de validade vencidos ou fora de condições de uso, de conformidade com o previsto nos artigos 4º e 5º da lei nº 12.493, de 22 de janeiro de 1999.

1º - Para efeito desta lei, considera-se farmácia o estabelecimento de manipulação de fórmulas magistrais e oficiais, de comércio de drogas, medicamentos, insumos farmacêuticos e correlatos, compreendendo o de dispensação e o de atendimento privativo de unidade hospitalar ou de qualquer outra equivalente de assistência médica.

§ 2º - Para efeito desta lei, considera-se empresa de distribuição a distribuidora, o fornecedor de insumos e medicamentos aos estabelecimentos de manipulação de fórmulas magistrais e oficiais, de comércio de drogas, medicamentos, insumos farmacêuticos e correlatos, compreendendo o de dispensação e o de atendimento priva-

tivo de unidade hospitalar ou de qualquer outra equivalente de assistência médica.

Art. 2º - É assegurado às farmácias recusar o recebimento de produtos farmacêuticos cujos prazos de validade específicos tenham decorrido em mais de um terço de sua totalidade.

Parágrafo Único - A assunção, pela indústria farmacêutica, de compromisso de imediata substituição dos medicamentos cujos prazo de validade venham a expirar em poder das farmácias e das empresas de distribuição excepciona a prerrogativa disposta no *caput* deste artigo.

Art. 3º - A partir do dia que expirar o prazo de validade dos medicamentos, as farmácias informarão aos fabricantes a lista de medicamentos que tenham seus prazos de validade vencidos a fim de que sejam tomadas as medidas determinadas por esta lei.

§ 1º - No prazo máximo de 15 (quinze) dias a contar do recebimento das informações de que trata o *caput* deste artigo, os fabricantes ou as empresas de distribuição de medicamentos providenciarão o recolhimento dos produtos para a destinação legalmente aplicável a cada caso.

§ 2º - A substituição a que se refere o parágrafo único do art. 2º, pelas indústrias farmacêuticas dos medicamentos cujos prazos de validade expirem em poder das farmácias e das empresas de distribuição dar-se-á no prazo mínimo de 15 (quinze) dias, a partir da notificação do detentor de estoque.

§ 3º - Caso o medicamento cuja distribuição foi assegurada não seja mais fabricado, fica a indústria farmacêutica obrigada a restituir à farmácia, ao distribuidor ou à entidade adquirente, as quantias pagas, monetariamente corrigidas.

§ 4º - Caso o medicamento seja fornecido pelos distribuidores representantes da venda de medicamentos da indústria farmacêutica, este será o canal de retorno para o legítimo ressarcimento da indústria para a farmácia ou entidade adquirente.

Art. 4º - Considera-se antecipadamente vencido o medicamento cuja posologia não possa ser inteiramente efetivada no prazo de validade ainda remanescente.

Art. 5 - A inobservância dos dispositivos constantes na presente lei, sujeitará os infratores às penalidades previstas na Legislação Sanitária e Ambiental vigentes.

Art. 6º - A atividade que tenha por objetivo a destinação final dos medicamentos vencidos ou fora de condições de uso, a ser exercida no território do Estado do Paraná, deve ser submetida a prévia análise e licenciamento ambiental do Instituto Ambiental do Paraná - IAP, de conformidade com as normas ambientais vigentes.

Art. 7º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 08.11.2000.

(aa) CESAR SELEME - Presidente

LUIZ CARLOS ZUK - Relator

## ITEM 02

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 161/00, de autoria do deputado Nelson Garcia, que concede o título de Cidadão Honorário do Estado do Paraná, ao senhor Mário Valério Gazin. **Aprovado.**

## ITEM 03

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei Complementar nº 229/2000, de autoria do deputado Luiz Carlos Zuk, que institui a Região Metropolitana de Ponta Grossa e dá outras providências. **Aprovado.**

### REDAÇÃO FINAL

#### PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 229/2000

A Assembléia Legislativa do

Estado do Paraná

### D E C R E T A :

Art. 1º - Fica instituída, nos termos do artigo 25, § 3º da Constituição Federal e artigo 21 da Constituição do Estado do Paraná, a Região Metropolitana de Ponta Grossa, constituída pelos municípios de Ponta Grossa, Castro, Piraí do Sul, Tibagi, Reserva, Ivaí, Ipiranga, Guamiranga, Imbituva, Teixeira Soares, Fernandes Pinheiro, Palmeira, Porto Amazonas, Carambeí, Sengés, Arapoti, Ortigueira e Ventania.

Art. 2º - A Região Metropolitana de Ponta Grossa terá um Conselho Deliberativo e um Conselho Consultivo.

§ 1º - O Conselho Deliberativo constituir-se-á de 07 (sete) membros de reconhecida capacidade técnica e administrativa, nomeados pelo governador do Estado, sendo necessariamente, e no mínimo, 03 (três) deles indicados pelos municípios que compõem a região metropolitana, sendo que o município de Ponta Grossa será considerado membro-nato.

§ 2º - O Conselho Consultivo compor-se-á de um representante de cada município integrante da Região Metropolitana de Ponta Grossa e de 03 (três) representantes da sociedade civil sob a direção do presidente do Conselho Deliberativo.

§ 3º - O governo do Estado deverá prover, mediante recursos orçamentários, as despesas de manutenção das atividades e funções do Conselho Deliberativo e do Conselho Consultivo.

Art. 3º - Compete ao Conselho Deliberativo:

I - promover a elaboração do Plano de Desenvolvimento Integrado da Região Metropolitana e a programação dos serviços comuns;

II - coordenar a execução de programas e projetos de interesse da região metropolitana, objetivando-lhes, sempre que possível, a unificação quanto aos serviços comuns.

Art. 4º - Compete ao Conselho Consultivo:

I - opinar, por solicitação do Conselho Deliberativo, sobre questões de interesse da Região Metropolitana de Ponta Grossa;

II - sugerir ao Conselho Deliberativo a elaboração de planos regionais e a adoção de providências relativas à execução dos serviços comuns.

Art. 5º - São serviços comuns e de interesse coletivo dos municípios que integram a região metropolitana:

I - planejamento integrado do desenvolvimento sócio-econômico e cultural;

II - saneamento básico, abastecimento de água, rede de esgoto e serviços de limpeza pública;

III - uso do solo metropolitano;

IV - transportes e sistema viário;

V - aproveitamento dos recursos hídricos e controle ambiental;

VI - outros aprovados no Plano de Desenvolvimento Regional Integrado.

Art. 6º - Fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a proceder remanejamento orçamentário destinado a atender o disposto nesta lei.

Art. 7º - Esta lei complementar entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 08.11.2000.

(aa) CESAR SELEME - Presidente

LUIZ CARLOS ZUK - Relator

## ITEM 04

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 289/2000, de autoria do Poder Executivo, Mensagem nº 020/2000, que autoriza o Poder Executivo a ceder, em caráter de utilização gratuita, ao município de Arapoti, imóvel de propriedade do Estado do Paraná, situado dentro das terras de campos e matos "Invernadinha", com área de 50 alqueires. **Aprovado.**

### REDAÇÃO FINAL

#### PROJETO DE LEI Nº 289/2000

A Assembléia Legislativa do

Estado do Paraná

### D E C R E T A :

Art. 1º - Fica o Poder Executivo autorizado a ceder, em caráter de utilização gratuita, ao município de Arapoti, imóvel de propriedade do Estado do Paraná, situado dentro das terras de campos e matos "Invernad-

inha”, com área de 50 alqueires de terreno, mais ou menos, contendo edificação de 2.385,40m2, em alvenaria, registrado sob transcrição nº 1808, lavrado em 27.10.1947, nas folhas 44 do livro nº 3-C de transcrição das Transmissões, do Registro Geral de Imóveis da Comarca de Jaguariaíva.

Art. 2º - O imóvel de que trata o artigo 1º desta lei, será cedido ao município de Arapoti, e ainda todos móveis, utensílios e demais bens constantes no patrimônio do Colégio Agrícola, que funcionou no local, descrito no inventário de bens, e deverá ser utilizado exclusivamente para finalidade educacional, podendo aquele imóvel e seus móveis ser retomado a qualquer momento pelo Estado do Paraná, com comunicação prévia de 90 (noventa) dias, tendo esta cessão a duração até 31 de dezembro de 2002, permitida prorrogação por 04 (quatro) anos, mediante consenso entre as partes, não podendo o referido imóvel ser utilizado para outros fins, sob pena de tornar-se a referida cessão automaticamente sem efeito.

Art. 3º - Fica o município de Arapoti responsável pela guarda, proteção e conservação dos bens cedidos, como também pelas medidas e despesas necessárias ao fiel cumprimento do termo, sem direito a futuros ressarcimentos, sendo que o imóvel e os demais bens, quando de sua devolução, deverão estar em boas condições de conservação, o que deverá ser fiscalizado pelo Decom e recebidos pela Coordenadoria do Patrimônio do Estado.

Sala das Comissões, em 08.11.2000.

(aa) CESAR SELEME - Presidente

ANTONIO BARATTER - Relator

#### ITEM 05

3ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 154/99, de autoria do deputado Algaci Tulio, que dispõe sobre o Plano Estadual de Gerenciamento Costeiro e dá outras providências. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA C.C.J., E C.E.M.A.. COM EMENDA DA C.C.J.. APRECIAR NESTE TURNO EMENDA APROVADA EM 2ª DISCUSSÃO.

Sobre o referido projeto, requerimento de autoria do senhor deputado Algaci Tulio, constante do expediente, solicitando a retirada da Ordem do Dia, por 10 (dez) sessões. **Aprovado.** Fica portanto, adiada a discussão por 10 (dez) sessões do Projeto de Lei nº 154/99.

#### ITEM 06

3ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 053/2000, de autoria do deputado Ademir Bier, que dispõe sobre o controle e a comercialização do adesivo químico “Cola de Sapeiteiro”. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA C.C.J., C.S.P E C.A.I.C.. COM EMENDA DE PLENÁRIO. PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J. À EMENDA DE PLENÁRIO. APRECIAR NESTE TURNO EMENDA APROVADA EM 2ª DISCUSSÃO.

Emenda - **Aprovada.**

Projeto - **Aprovado.**

#### ITEM 07

3ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 186/2000, de autoria do deputado Ademir Bier e outros, que dispõe sobre a obrigatoriedade da disponibilidade de dados constantes no Diário Oficial do Estado do Paraná na Rede Mundial de Computadores (Internet) e dá outras providências. COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J., COM EMENDA DE PLENÁRIO. COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J. À EMENDA DE PLENÁRIO. APRECIAR NESTE TURNO EMENDA APROVADA EM 2ª DISCUSSÃO.

Emenda - **Aprovada.**

Projeto - **Aprovado.**

#### ITEM 08

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 326/2000, de autoria do deputado Valdir Rossoni, que autoriza o Poder Executivo a fazer reverter, mediante doação, imóvel que especifica, à Prefeitura Municipal de Mallet. COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. **Aprovado, artigo por artigo.**

#### ITEM 09

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 328/2000, de autoria do deputado Algaci Tulio e outros, que autoriza o Poder Executivo a denominar o prédio da sede do Governo Estadual, como “Palácio Governador Ney Aminthas de Barros Braga”. COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. COM EMENDA DA C.C.J.. **Aprovado, artigo por artigo.**

Emenda - **Aprovada.**

#### ITEM 10

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 337/2000, de autoria do deputado Geraldo Cartário, que dá nova redação ao parágrafo único do artigo 2º da Lei nº 11.027, de 29 de dezembro de 1994. (Comec). COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J. **Aprovado, artigo por artigo.**

#### ITEM 11

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 167/2000, de autoria do deputado Antonio Carlos Baratter, que autoriza a Codapar a doar uma área de terras para a Uopecan e dá outras providências. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA C.C.J. E C.A.I.C.. COM EMENDA DA C.C.J.. (Publ. no D.A. nº 062, de 29.05.2000).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA  
PROJETO DE LEI Nº 167/2000

P A R E C E R :

**Relatório**



O presente projeto de lei, de autoria do deputado Antonio Carlos Baratter, tem por objetivo autorizar a Codapar a doar uma área de terras para a Uopeccan e dá outras providências.

Autuada em 31.05.2000, a proposição foi distribuída a esta Comissão de Constituição e Justiça, para que seja examinada quanto aos aspectos constitucionais, legais e jurídicos, nos termos do § 2º, do artigo 33 do Regimento Interno.

### **Fundamentação**

Esta Comissão de Constituição e Justiça chamada a opinar verificou que além de ter um caráter altamente meritório, pois objetiva doar imóvel a entidade que em muito vem beneficiando a comunidade local, o projeto em tela tem caráter autorizatório, constituindo-se mera sugestão ao Poder Executivo não havendo portanto nenhum óbice para sua aprovação.

### **Conclusão**

Diante do exposto, concluímos pela juridicidade, pela constitucionalidade e pela legalidade do Projeto de Lei nº 167/2000, na forma da Emenda Corretiva em anexo.

Sala das Comissões, em 07.11.2000.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente  
CARLOS SIMÕES - Relator

### **COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA EMENDA CORRETIVA AO PROJETO DE LEI Nº 167/2000**

A súmula e o artigo 1º do supracitado projeto passa a ter a seguinte redação:

“Art. 1º - Fica autorizado o Poder Executivo a doar à Uopeccan - União Oeste Paranaense de Estudos e Combate ao Câncer, o imóvel de posse da Codapar - Companhia de Desenvolvimento Agropecuário do Paraná, sob matrícula nº 18.662, lote de terras nº 66-C, com área de 19.584 m2, com benfeitorias, localizado à Avenida Tancredo Neves, 2.400, bairro Alto Alegre, no município de Cascavel.”

Sala das Comissões, em 07.11.2000.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente  
CARLOS SIMÕES - Relator

### **COMISSÃO DE TERRAS, COLONIZAÇÃO E IMIGRAÇÃO PROJETO DE LEI Nº 167/2000**

**P A R E C E R :**

### **Relatório**

O projeto de lei em epígrafe, de autoria do deputado Antonio Carlos Baratter, autoriza a Codapar a doar uma área de terras para a Uopeccan e dá outras providências.

### **Fundamentação**

Quanto aos aspectos constitucional e legal da matéria objeto deste Parecer, a Comissão de Constituição e Justiça posicionou-se favoravelmente por não encontrar nenhum óbice para a sua tramitação.

Chamada esta Comissão a se manifestar, conforme dispõe o § 8º, do art. 33, do Regimento Interno, entende pelo mesmo posicionamento da douta Comissão acima referida.

A Uopeccan é uma instituição que detém grande credibilidade da sociedade local, pois vem prestando atendimento de alta qualidade aos pacientes de câncer da região. Com a ampliação, através deste projeto, poderá aumentar a sua contribuição às pessoas daquela região, através da prevenção, diagnóstico e reabilitação atingindo na sua quase totalidade os objetos estatutários que são de difundir conhecimento sobre câncer, prevenção, diagnóstico desta doença, além de assistir e orientar os doentes.

### **Conclusão**

Assim sendo, somos pelo Parecer Favorável à aprovação do projeto de lei em tela.

Sala das Comissões, em 08.11.2000.

(aa) NEREU MOURA - Presidente  
IRINEU COLOMBO - Relator

Sobre o referido projeto, requerimento de autoria do senhor deputado Valdir Rossoni, constante do expediente, solicitando a retirada da Ordem do Dia por 10 (dez) sessões. **Aprovado.**

Fica portanto, adiada a discussão por 10 (dez) sessões do Projeto de Lei nº 167/2000.

### **O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)**

Sobre a mesa, requerimento nº 2136, de autoria do senhor deputado Cesar Seleme, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 2137, de autoria do senhor deputado Nereu Moura, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 2140 e 2141, de autoria do senhor deputado Edno Guimarães, constantes do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 2142 a 2144, de autoria do senhor deputado Luiz Carlos Martins, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 2145, de autoria do senhor deputado Edgar Bueno, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 2146 e 2147, de autoria do senhor deputado Nelson Justus, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 2149, de autoria do senhor deputado Luiz Carlos Zuk, constante do expediente. **Em Discussão.**

### **UM SR. DEPUTADO (Pela Ordem)**

Para discutir, senhor presidente.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Adia-se a discussão para a próxima sessão, na forma do Artigo 155, do Regimento Interno.

Requerimento nº 2150, de autoria do senhor deputado Ademar Traiano, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nº 2151, 2158 e 2168, de autoria do senhor deputado Orlando Pessuti, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 2157, de autoria do senhor deputado Caíto Quintana, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 2159 e 2160, de autoria do senhor deputado Beraldin, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 2163 a 2167, de autoria do senhor deputado Antonio Annibelli, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 2169, de autoria do senhor deputado Cezar Silvestri, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 2171 e 2172, de autoria do senhor deputado Geraldo Cartário, constantes do expediente.

**Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 2174, de autoria do senhor deputado Élio Rusch, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 2161, de autoria dos senhores deputados Orlando Pessuti, José Maria Ferreira, Edson Strapasson e demais senhores deputados, constante do expediente. **Em Discussão.**

O SR. VALDIR ROSSONI (**Questão de Ordem**)

Senhor presidente, peço para discutir o requerimento, mas - Questão de Ordem -, este requerimento está encaminhado errado. Está encaminhado ao secretário da Fazenda e a Sanepar está vinculada ao governador. Então, o requerimento está formulado errado, mas, peço para discutir o requerimento.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Adia-se, na forma regimental. Vossa Excelência está com a razão.

Requerimento nº 2170, de autoria dos senhores deputados Ângelo Vanhoni, Edson Strapasson, Orlando Pessuti e demais senhores deputados, constante do expediente. Em discussão.

O SR. VALDIR ROSSONI (**Pela Ordem**)

Para discutir, senhor presidente.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Adia-se a discussão para a próxima sessão, na forma do artigo 155, do Regimento Interno.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para terça-feira, dia 14, à hora regimental, com a seguinte

## ORDEM DO DIA:

REDAÇÃO FINAL - dos Projetos de Lei nºs 100 e 101/2000.

3ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 328/2000.

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei Complementar nº 303/98 e do de Lei nº 336/2000.

Levanta-se a sessão.

## Atos da Comissão Executiva:

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, o uso de suas atribuições,

R E S O L V E :

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 323/2000

conceder, a LIDIA GRANISKA, matrícula nº 40749, funcionária deste Poder Legislativo, sob regime jurídico único exercendo o cargo de agente administrativo N-61, lotada na Diretoria Administrativa, nos termos do parágrafo único, do art. 247, da Lei nº 6.174/70, licença especial de três (03) meses, em virtude de não ter se afastado do exercício de suas funções durante o quinquênio compreendido entre 21 de dezembro de 1992 e 21 de dezembro de 1997.

(Prot. nº 7450/2000)

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 324/2000

conceder, a MARLY LUCIO MACHADO, matrícula nº 40452, funcionária desta Assembléia Legislativa, sob regime jurídico único, exercendo o cargo de agente universitário N-64, lotada na Procuradoria Geral, nos termos do parágrafo único, do art. 247, da Lei nº 6.174/70, licença especial de três (03) meses, em virtude de não haver se afastado do exercício de suas funções durante o quinquênio compreendido entre 21 de dezembro de 1992 e 21 de dezembro de 1997.

(Prot. nº 7243/2000)

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 325/2000

conceder, a NEUSI PALOTTA, matrícula nº 40.541, funcionária do Poder Legislativo sob regime jurídico único, exercendo o cargo de agente administrativo N-61, lotada na Coordenadoria da Ata, da Diretoria Legislativa, nos termos do parágrafo único do art. 247, da Lei nº 6.174/70, licença especial de três (03) meses, em virtude de não

haver se afastado do exercício de suas funções durante o quinquênio compreendido entre 21 de dezembro de 1992 e 21 de dezembro de 1997.

(Prot. nº 7611/2000)

Palácio "XIX DE DEZEMBRO", em 14.09.2000.

(aa) NELSON JUSTUS - Presidente

HERMAS BRANDÃO - 1º Secretário

AUGUSTINHO ZUCCHI - 2º Secretário

## Ata de Comissão:

### COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA - 14ª LEGISLATURA ATA DA 21ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos sete dias do mês de novembro de dois mil, reuniu-se na Sala de Reuniões das Comissões da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, a Comissão de Constituição e Justiça, sob a presidência do senhor deputado Basílio Zanusso e com a presença dos seguintes deputados: Algaci Tulio, Edson Praczyk, Duílio Genari, Hermes Fonseca, Plauto Miró, Moysés Leônidas, Waldyr Pugliesi, Nereu Moura, Carlos Simões, Durval Amaral, Cesar Seleme e Antonio Carlos Belinati. Havendo número legal, o senhor presidente deu por aberta a presente reunião. Passou-se à Ordem do Dia: 01) Projeto de Lei nº 304/2000, de autoria do deputado Algaci Tulio. Parecer FAVORÁVEL do deputado Cesar Seleme na forma da emenda anexa - APROVADO; 02) Projeto de Lei nº 337/2000, de autoria do deputado Geraldo Cartário. Parecer FAVORÁVEL do deputado Cesar Seleme - APROVADO; 03) Projeto de Lei nº 053/2000, de autoria do deputado Ademir Bier. Parecer FAVORÁVEL do deputado Algaci Tulio à emenda de Plenário - APROVADO; 04) Projeto de lei nº 325/2000, de autoria do deputado Valdir Rossoni. CONCEDIDO VISTAS ao deputado Hermes Fonseca; 05) Projeto de Lei nº 141/2000, de autoria do deputado Tony Garcia. Parecer FAVORÁVEL do deputado Durval Amaral - APROVADO, com voto separado do deputado Algaci Tulio; 06) Projeto de lei nº 282/2000, de autoria da deputada Serafina Carrilho. Parecer FAVORÁVEL do deputado Durval Amaral - APROVADO; 07) Projeto de Lei nº 167/2000, de autoria do deputado Antonio Carlos Baratter. Parecer FAVORÁVEL do deputado Carlos Simões na forma da emenda anexa - APROVADO; 08) Projeto de Lei nº 157/2000, de autoria do deputado Divanir Braz Palma. Parecer FAVORÁVEL do deputado Carlos Simões - REJEITADO. O senhor presidente designará novo Relator; 09) Projeto de Lei nº 186/2000, de autoria do deputado Ademir Bier e outros. Parecer FAVORÁVEL do deputado Moysés Leônidas à emenda de Plenário - APROVADO; 10) Projeto de Lei nº 239/2000, de autoria do deputado Divanir Braz Palma. CONCEDIDO VISTAS ao deputado Hermes Fonseca; 11) Projeto de Lei nº 323/2000,

de autoria do deputado Luiz Carlos Alborghetti. Parecer FAVORÁVEL do deputado Pastor Edson Praczyk - APROVADO; 12) Projeto de lei nº 328/2000, de autoria do deputado Algaci Tulio. Parecer FAVORÁVEL do deputado Plauto Miró Guimarães na forma da emenda anexa - APROVADO; 13) Projeto de lei nº 327/2000, de autoria do deputado Ricardo Maia. CONCEDIDO VISTAS ao deputado Algaci Tulio; 14) Projeto de Lei nº 309/2000, de autoria do deputado Hidekazu Takayama. O deputado relator Plauto Miró Guimarães requer mais prazo; 15) Projeto de lei nº 269/2000, de autoria do deputado Pastor Edson Praczyk. O deputado relator Antonio Carlos Belinati requer diligência junto à Secretaria de Estado da Saúde - DEFERIDO; 16) Projeto de Lei nº 332/2000, de autoria do deputado Irineu Colombo. Parecer FAVORÁVEL do deputado Antonio Carlos Belinati - APROVADO; 17) Projeto de Lei nº 326/2000, de autoria do deputado Valdir Rossoni. Parecer FAVORÁVEL do deputado Duílio Genari - APROVADO; 18) Projeto de Lei nº 168/2000, de autoria do deputado Antonio Carlos Baratter. Parecer CONTRÁRIO do deputado Hermes Fonseca - APROVADO; 19) Projeto de Lei nº 169/2000, de autoria do deputado Antonio Carlos Baratter. Parecer CONTRÁRIO do deputado Hermes Fonseca - APROVADO. Nada mais havendo a tratar, e para constar e produzir efeitos legais, lavrei a presente Ata, que após lida e aprovada será assinada pelo senhor presidente, pelos senhores deputados presentes e por mim, Ana Lúcia Andretta, advogada e secretária desta comissão.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente

Ana Lúcia Andretta - Secretária

## Pedido de Adesão:

### PROGRAMA DE DEMISSÃO VOLUNTÁRIA PEDIDO DE ADESÃO

Maura Regina Seleme, matrícula 40662, endereço Rua Brigadeiro Franco, 1034 - ap. 31, bairro Mercês, cidade de Curitiba, CEP: 80430-230 - PR, remuneração mensal estimada R\$588,13, CPF: 599.609.229-87, lotação: serviço médico, telefone: 224-4751, data de nascimento: 25.02.64.

Solicito ao senhor doutor Abib Miguel, Mui Digno diretor geral deste Poder Legislativo, nos termos do Ato da Comissão Executiva nº 062 de 03 de abril de 2000, que trata do Programa de Demissão Voluntária - PDV, dos servidores deste Poder, em vigor, nesta data, a exoneração do cargo efetivo de: NE04.

(Prot. nº 5827)

Curitiba, em 30.06.2000.

(a) Maura Regina Seleme